



**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**CONTINUIDADES E RUPTURAS:  
TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS  
NA AGRICULTURA EM SUMIDOURO, RJ.**

**DANIELA DA SILVA EGGER**

**2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**CONTINUIDADES E RUPTURAS:  
TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS  
NA AGRICULTURA EM SUMIDOURO, RJ.**

**DANIELA DA SILVA EGGER**

*Sob a orientação do professor*

**Nelson Giordano Delgado**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, outubro de 2010

338.1081531  
E29c  
T

Egger, Daniela da Silva.  
Continuidades e rupturas: transformações sócio-  
espaciais na agricultura em Sumidouro, RJ. /  
Daniela da Silva Egger, 2010.

85 f.

Orientador: Nelson Giordano Delgado /  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências  
Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 81-85.

1. Modernização - Teses. 2. Parceria – Teses.  
3. Agricultura familiar – Teses. I. Delgado,  
Nelson Giordano. II. Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas  
e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DANIELA DA SILVA EGGER**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

Dissertação aprovada em

---

Nelson Giordano Delgado dr. CPDA, UFRRJ.  
(Orientador)

---

Jorge Osvaldo Romano dr. CPDA, UFRRJ.

---

Paulo Roberto Raposo Alentejano dr. FFP, UERJ.

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos meus pais,  
Maria de Lourdes e Carlos Alberto.*

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas, sem dúvida, foram importantes para a conclusão deste trabalho, tentarei lembrar e agradecer a todas elas.

Primeiramente, agradeço muito aos meus pais, que desde que me recorde, sempre lutaram cotidianamente em seus ofícios e muitas vezes abdicaram de seu próprio conforto para me garantir o ócio e assim os meus estudos.

À minha família, que sempre me apoiou, me ajudou e muito se esforçou para que eu pudesse alcançar os meus objetivos.

Ao Apoena, meu querido companheiro, que sempre me motiva ao trabalho e a vida.

Ao meu professor e orientador Nelson Delgado, sem sua dedicação, crítica, ajuda e compreensão, não teria terminado este trabalho.

A todos os outros professores do CPDA, com quem tive aula, esses sem dúvida muito contribuíram para minha formação.

Aos secretários do programa, com maior atenção a Tereza e Henrique, que com muita paciência sempre me ajudaram muito.

Ao CPDA, onde passei grandes momentos. Lugar que amadureci, fiz amigos e passei a olhar e pensar o mundo com mais responsabilidade e atenção.

Aos amigos que fiz durante a minha caminhada no cpda, em especial Laécia Jalil amiga querida que muito contribuiu para o meu parentizado nesses anos.

Aos outros amigos que foram companheiros de turma e de trabalhos.

Aos amigos da vida que em momentos de aperto me deram força para seguir em frente. Em especial Paulinho e Débora.

A Yolanda Freire, essencial à minha caminhada, sempre com compromisso, honestidade e doçura.

A todos que comigo passaram e ainda estão na Agrária, em especial o Neto, que além de companheiros de luta, são grandes amigos.

A todos os trabalhadores rurais e moradores de Sumidouro que, com muita sagacidade, me ajudaram e, com muita sabedoria me ensinaram mais sobre a questão agrária e a realidade do campo brasileiro.

A todos que, em outro plano, vibram por mim.

## RESUMO

EGGER, Daniela da Silva. **Continuidades e Rupturas: transformações sócio-espaciais na agricultura em Sumidouro, RJ.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

Como reflexão central para esta dissertação, tomaremos como perspectiva a análise da relação de parceria, considerando-a forma principal de acesso aos meios de produção por parte dos agricultores, o que nos leva a buscar duplamente a compreensão dos pontos de ruptura e elementos de continuidade das formas sociais tradicionais ou modernas. Para isso entendemos as mudanças nas relações sociais e do meio de produção no espaço rural como efeito geral da modernização da agricultura. E, dentro deste contexto, propomos uma busca pela compreensão das transformações sócio-espaciais no espaço rural fluminense, considerando as mudanças na estrutura produtiva, que consistem na mudança da racionalidade dos agricultores daquela região e que se traduzem na atual organização laboral e, portanto, na sua inserção e integração ao mercado.

***Palavras Chaves:*** Modernização, Parceria, Agricultura Familiar.

## ABSTRACT

EGGER, Daniela da Silva. **Continuities and Disruption: socio-spatial changing in the agricultural way in Sumidouro county, RJ.** Msc dissertation on sociology. Human Sciences and Sociology Institute. Human Sciences, Development, Agriculture and Society Post graduation program. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

As main reflection for this paper, our view will be an analysis of a partnership relation, considering this the main way of access to the form of farmers' productions. This reflection makes us double search the understanding of the points of ruptures and elements of social, traditional or modern continuity. For this understanding, we realize the changes in the social relations and in the form of production in the country as a general effect in the agriculture modernization. In this context, we suggest a search for the uptake of social and spatial changes in the fluminense country space, considering the changes in the productive structure, which consist in the farmers' reasonable changes from that region and develop in the current labor organization and hence in its insertion and integration in the market.

**Keywords:** *Modernization, partnership, family farming.*



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - DO CAFÉ A HORTICULTURA.....	15
1.1 – As transformações sócio-espaciais na agricultura fluminense.....	16
1.2 – A expansão da horticultura e sua inserção no mercado de hortifrutigranjeiros.....	25
1.3 – Reduzindo a escala de análise: a expansão da horticultura em sumidouro.....	29
CAPÍTULO 2 – AGRICULTURA FLUMINENSE: CONTINUIDADES E RUPTURAS.....	40
2.1 - Da agricultura familiar camponesa à agricultura comercial.....	41
2.2 – A organização da produção no município.....	50
2.2.1 - “Reforma agrária natural”: a história do desmembramento da propriedade.....	62
2.2.2 – A organização laboral e a problemática do acesso à terra.....	66
CONCLUSÕES.....	72
ANEXO I.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Estado do Rio de Janeiro em 2009.....	24
Mapa 2 – Região Serrana do Rio de Janeiro em 2009.....	24
Mapa 3 – Divisão administrativa de Sumidouro em 2005.....	35

## ÍNDICE DE FOTOS

Fotografia 1 – Localidade de Murinelle, Sumidouro, 1912.....	15
Fotografia 2 – Localidade de Murinelle, Sumidouro, 2009.....	15

Fotografia 3 – Vista panorâmica da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer em 1889.....	29
Fotografia 3 (Detalhe) – Capela Nossa Senhora da Conceição, construída em 1822.....	29
Fotografia 4 – Vista Panorâmica do distrito sede Sumidouro, do município, maio de 2005.....	30
Fotografia 5 – Locomotiva da Estrada de Ferro Carangola, 1910.....	33
Fotografia 6 – Fazenda Boa Vista, Estrada Sumidouro/Carmo - Abril de 2009.....	37
Fotografia 7 – Fazenda Bela Joana, Localidade de Bela Joana / Sumidouro – Maio de 2005.....	37
Fotografia 8 – Vista panorâmica do distrito de Soledade, Sumidouro, 2005.....	51
Fotografia 9 – Vista panorâmica do distrito de Soledade, Sumidouro, 2009.....	51
Fotografia 10 – Motobomba elétrica, Sumidouro, 2005.....	52
Fotografia 11 – Lata de sementes peletizadas, Sumidouro, 2005.....	52

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 –População residente em dados absolutos por situação de domicílio no período 1940-2000.....	57
Tabela 2 – População residente por situação de domicílio em dados relativos no período 1940-2000.....	57
Tabela 3 – População residente no país, estado, região e município segundo situação de domicílio em 2000.....	57
Tabela 4 – Condição do produtor segundo estado, mesorregião e município no Rio de Janeiro.....	59
Tabela 5– Estabelecimentos por grupo de área total segundo estado, mesorregiões e municípios no Rio de Janeiro.....	59
Tabela 6 – Utilização das terras, segundo estado, mesorregião e município - Rio de Janeiro.....	62
Tabela 7 – Utilização de terras segundo a região serrana e o município, em 2004.....	62
Tabela 8 – Utilização de terras segundo estado, mesorregião e município 2004.....	64
Tabela 9 – Estabelecimentos segundo a condição do produtor em Sumidouro, 2004....	65

## INTRODUÇÃO

Espaço em constante transformação, o campo se encontra em um processo histórico de modernização que se relaciona a um novo momento na evolução da economia. Esse momento é marcado por profundas transformações da estrutura produtiva, que incluem desde uma ligação mais íntima da agricultura com o capital industrial até a modificação dos mecanismos de comercialização. Acompanhando esse processo, ocorrem também mudanças radicais no sistema agrícola – como nas técnicas de plantio e preparo – e nas relações de trabalho – como na organização do trabalho e da produção.

Essa modernização diz respeito às bases estruturais técnicas, científicas e informacionais que ocorreram mais consistentemente a partir do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, principalmente no processo chamado Revolução Verde. Sobretudo a partir do início da década de 1970, com essas transformações, a agricultura brasileira deu espaço ao desenvolvimento do capitalismo agrário e à expansão das fronteiras agrícolas, apontando para o que se convencionou chamar modernização da agricultura no Brasil.

A expansão da modernização acontece em tempos, espaços e intensidades diversas. Nesta dissertação, com o intuito de estabelecer um diálogo relevante entre a bibliografia utilizada e as informações trazidas dos trabalhos de campo, centraremos nossa análise da modernização na incorporação dos chamados pacotes tecnológicos à organização produtiva do setor de hortifrutigranjeiros.

A entrada de tecnologias, associadas ao novo período técnico científico e informacional, colaborou para o desenvolvimento da atividade hortifrutigranjeira, que demonstrou, desde o início, requerer condições propícias para um bom desempenho. Essas condições foram em grande medida atendidas pela introdução de novas técnicas agronômicas e o uso de insumos industriais.

Do ponto de vista tecnológico, a utilização de inovações como os agrotóxicos, os adubos químicos para a fertilização artificial do solo, os promotores de crescimento, as sementes tratadas quimicamente, a irrigação elétrica e os tratores aumentou consideravelmente as áreas cultivadas. Fatores preponderantes para esse aumento foram a progressiva aplicação de insumos e o constante uso de tratores para a ampliação de terrenos de declive mais acentuado.

Por outro lado, outros fatores e aspectos relacionados à modernização devem ser mencionados. Um deles é a forte concentração dos mecanismos de comercialização –

através dos CEASAs, por exemplo –, coerente com a modernização das rodovias de acesso à capital, que favorecem o escoamento das mercadorias. Simultaneamente, a ampliação das zonas hortifrutigranjeiras acompanha o crescimento do mercado consumidor e a criação de importantes centros de produção mais ou menos especializados em áreas relativamente distantes do principal mercado, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro.

Outro aspecto das transformações da estrutura produtiva da horticultura a ser considerado é a expansão metropolitana do Rio de Janeiro – revelada, por exemplo, na ampliação do mercado consumidor. Essas mudanças se manifestam ainda localmente, em espaços diferenciados. Assim, o município de Sumidouro, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, se tornou importante para o entendimento da organização socioespacial da cadeia produtiva do mercado de hortifrutigranjeiros e da atual configuração da agricultura fluminense, recorrentemente considerada insuficiente e até mesmo estagnada.

Em Sumidouro, além dos usos tradicionais do espaço agrícola, encontram-se atividades agropecuárias consideradas modernas, sobretudo em função da criação de necessidades e invenções mercadológicas. Essas atividades se assemelham às encontradas já há algum tempo em outros municípios da mesma região, como Friburgo e Teresópolis – reconhecidos pela produção de olerícolas há mais de quarenta anos. Aos poucos, assim, o município de Sumidouro vem se inserindo em um mercado que determina a substituição das lavouras tradicionais pela horticultura convencional e modernizada.

O expressivo crescimento desse tipo de agricultura no município indica uma resposta à expansão e diferenciação do mercado consumidor, que se deu em grande medida através da ampliação de algumas redes de supermercados. Essas redes, embora possam se autoabastecer de forma integrada, acabam por estabelecer “parcerias” com agricultores, tornando o setor agrário um importante dinamizador desse mercado como um todo.

A relação direta dos agricultores com redes de supermercados acaba, entretanto, por alterar a forma de produzir e comercializar. Na organização da produção, ocorrem diferenciações no sistema de produção, acompanhadas por uma diversificação dos produtos cultivados para agregar valor à produção e atender ao mercado. Além disso, são modificados também a organização do trabalho, essencial a este tipo de produção, e o caráter produtivo da agricultura fluminense.

Pensada como estudo de caso, esta dissertação pretende analisar as transformações e as consequências que o desenvolvimento do capitalismo vem ocasionando no campo. Tais transformações são examinadas em suas diferentes manifestações, mas sobretudo nas

relações de trabalho. Toma-se como ponto de partida para essa análise a expansão dos chamados pacotes tecnológicos da modernização conservadora de 1970, entendida como a inserção das inovações tecnológicas na agricultura, bem como o progresso técnico daí resultante.

Considerado um dos maiores produtores de olerícolas do estado do Rio de Janeiro, o município de Sumidouro se faz relevante para nosso estudo. A cidade se encontra em um momento de expansão de tecnologias na agricultura, de cultivo de produtos modernos e de relações de trabalho que caracterizam um quadro de modernidade. Propomos, assim, uma análise mais profunda das características dos trabalhadores rurais brasileiros e das mudanças que esse setor sofreu ao longo do processo de modernização e de desenvolvimento do capitalismo no campo. Por meio dessa análise, objetivamos entender a evolução e a diversidade das relações de subordinação da pequena produção à grande produção e ao capital industrial e comercial.

Os capítulos que se seguem são resultado de reflexões a partir das teorias da modernização da agricultura no Brasil, levando em conta principalmente as contribuições de José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay. A composição das análises da organização laboral e produtiva da área em estudo se insere no campo de debate acerca da agricultura familiar e suas nuances, tendo em vista um exemplo analítico no Rio de Janeiro, Sumidouro. Para essas análises, foram privilegiadas as idéias de Nazareth Wanderley e Delma Pessanha Neves.

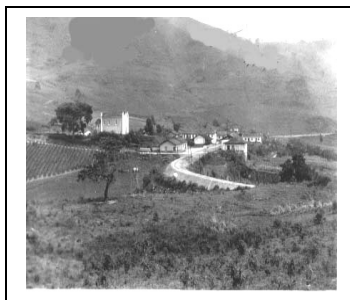
Com esse apoio teórico, almeja-se aqui compreender como se apresentam as transformações socioespaciais na agricultura, que, a despeito de suas rupturas e sua lógica modernizante de produção, traz também muitas continuidades. Exemplo disso é o fato de determinadas atividades consideradas antigas – como a parceria, existente no Brasil desde a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado – permanecerem presentes até hoje no campo.

A organização das reflexões aqui realizadas se estrutura em dois capítulos e conclusões. O primeiro capítulo, intitulado “Do café à horticultura”, apresenta ao leitor o processo de transformação da agricultura fluminense, tendo como marco histórico as transformações socioespaciais relacionadas ao declínio da atividade cafeeira no estado. No capítulo referido, vemos ainda a expansão da horticultura e sua inserção e integração ao mercado de hortifrutigranjeiros em duas escalas de análise: a estadual e a municipal.

O segundo capítulo, intitulado “Agricultura fluminense: continuidades e rupturas”, se propõe a analisar como as mudanças na estrutura produtiva geradas pelas

transformações socioespaciais – consideradas um efeito geral da modernização no estado – alteraram sensivelmente a organização da produção e do trabalho no município. Isso teria implicado a organização da lógica camponesa, assim como a organização, fragmentação e, consequentemente, falta de acesso à terra.

## CAPÍTULO 1 - DO CAFÉ À HORTICULTURA



**Fotografia 1** – Localidade de Murinelle, Sumidouro, 1912. Imagem cedida pelo Centro de Documentação Histórica Pró-Memória da Prefeitura de Sumidouro.



**Fotografia 2** – Localidade de Murinelle, Sumidouro, 2009.

O capítulo a seguir conta, através de um resgate histórico das atividades agrícolas, como ocorreu o processo de mudança na organização do espaço agrário do Rio de Janeiro, em especial o da Região Serrana fluminense. Essas transformações podem ser mais bem observadas quando analisadas a partir da compreensão do processo histórico da modificação na área estudada – sem deixar de considerar, é claro, o contexto estadual e nacional que correspondeu em certa medida à superação da crise do café e, posteriormente, à substituição da cafeicultura pela diversificação agrícola dentro do estado.

É recorrente que pesquisadores como Lamego (1963), Marafon (2006) e Mendonça (1992) apontem que a história econômica da agricultura fluminense começa no café, se diversifica após seu declínio e segue sua trajetória até os dias de hoje estruturada entre atividades agrícolas como a horticultura, a fruticultura, a pesca, a pecuária, a avicultura e a monocultura de cana-de-açúcar, consideradas menos expressivas para a economia do estado. Não obstante, devemos considerar que, além de cultivarem café, os camponeses que antecederam a esse ciclo no estado já produziam dentro da lógica da organização camponesa de subsistência como sinaliza Pessoa (2002).

## 1.1 – As transformações socio-espaciais na agricultura fluminense

Em depoimento colhido, durante trabalho de campo, no dia 6 de abril de 2009 em Soledade I, no município de Sumidouro nos informou Marco Aurélio, produtor especializado em folhas e alfaces:

[...] é, aqui teve muito café sim. Ainda existem as casas de umas fazendas antigas por aí. A área de café nessa região era um plantio de uma lavoura grande e de séculos passados, NE? Teve uma época que o café, ali em Campo Leal, meu avó ganhou dinheiro do governo para arrancar o café. [...] Mas aí depois deram dinheiro pra plantar de novo. Daí ele não plantou não, sabe? Plantou foi pasto para gado mesmo [...] aqui onde era o café depois dessa história de arrancar os pés. A maioria foi pra gado de leite mesmo. [...] E depois começou foi as folhas, a olericultura em geral. Antes era cacharias. As folhas, folhagens mesmo, foi de uns 20 anos para cá. (Marco Aurélio, depoimento cedido a Daniela Egger em 06 de abril de 2009).

Os primeiros sintomas da crise de superprodução da cafeicultura brasileira no início do século XX se manifestaram na emergência de uma série de propostas, que incluíam desde o monopólio da comercialização do produto por parte do Estado até a queima do excedente produzido. Por fim, chegou-se à fixação de preços mínimos para o produto e a política de erradicação. No ano de 1900, o Secretário de Finanças do Estado do Rio de Janeiro já tinha observado em um relatório que

o declínio da produção, em contrate com o que ocorria nos estados vizinhos, era fato atestado pelas estatísticas oficiais e se tinha como causa preponderante o desaparecimento das antigas culturas e a escassez de novas plantações, além da decrescente produtividade do cafeeiro em nosso Estado (Correa, 1900, p. 19 apud Mendonça, 1973)

Com as palavras de Antônio Barros de Castro podemos compreender de certa forma a dinâmica do cultivo do café no Rio de Janeiro. Para ele, o café foi uma “cultura itinerante” que, tanto na expansão quanto na crise, deve ser pensada enquanto atividade em movimento que englobava, simultaneamente, três espaços e três tempos (Castro, 1971). Ou seja, para ele existiam três regiões. Na primeira, a zona pioneira, o café estava penetrando. Na segunda, ele se encontrava consolidado e plenamente produtivo. Na terceira, uma zona decadente ou de retaguarda, a cultura se encontrava em regressão. Tal esquema, originalmente pensado para explicar a cafeicultura no contexto de uma mesma região, também pode ser utilizado para a compreensão em uma dimensão inter-regional. Nesse caso, a lavoura cafeeira fluminense pode ser pensada como uma região à retaguarda da cafeicultura nacional.



Dentro desse contexto, os regimes de trabalho vigentes na cafeicultura do Estado compõem outro aspecto peculiar à sua crise, uma vez que implicaram a adoção de uma multiplicidade de formas de organização do trabalho. Nas palavras de Sylvio Rangel, cafeicultor e diretor da Sociedade Nacional de Agricultura, essa organização variava

desde o emprego de turmas de trabalhadores ou lavouras por empreitada ou ainda se dava a ser tratada pelo colono de meação ou terça, quando não se empregavam, simultaneamente, dois ou mais destes sistemas, conforme as conveniências ou condições pecuniárias (Mendonça, 1992).

Não obstante essa constatação, muitos outros relatos de agricultores nos levam a acreditar que a predominância do sistema de parceria seria marcante na lavoura fluminense. Isso significa dizer que em nenhum dos regimes de trabalho adotados identificava-se algo semelhante ao “contrato de colono” que prevalecia na cafeicultura de outros estados. Um desses estados é São Paulo, onde a flexibilidade da parte monetária da remuneração permitia aos fazendeiros – diversamente do que a historiografia sobre a crise do café aponta – amortecer a profundidade da crise, comprimindo-se tais despesas com pagamentos (Martins, 1978). Quanto às vantagens e desvantagens da parceria na organização do trabalho nesse período da agricultura fluminense, concordamos com Mendonça (1992) quando afirma:

discorda-se, aqui, das análises que apontam a parceria enquanto uma “vantagem”, posto que neste regime não caberia o mencionado mecanismo “reductor de custos”. Ou seja, as perdas sofridas por fazendeiros e parceiros seriam, de fato, correspondentes às baixas do preço do café ou mesmo da produtividade de suas lavouras.

Entretanto, outro elemento inerente à conjuntura específica da cafeicultura fluminense seria o alto custo dos fretes ferroviários, incidentes numa região sem fronteira aberta. A Leopoldina Railway,<sup>1</sup> companhia que explorava a maior parte do estado, praticava preços exorbitantes em comparação aos lucros, que se encontravam em queda

---

<sup>1</sup> Ligada à economia do café, em expansão a partir de meados do século XIX, a ferrovia nasceu da iniciativa de fazendeiros e comerciantes da Zona da Mata Mineira, acostumados a transportar a produção de café da maneira tradicional, por tropas de mulas, até os portos do litoral. No retorno, os tropeiros traziam produtos manufaturados. A Lei nº 1.826 de 10 de Outubro de 1871 da então Província de Minas Gerais autorizava o Presidente da Província a conceder uma subvenção de 9:000\$000 réis por quilômetro ou a garantir os juros de 7% ao ano sobre o capital de 2.400:000\$000 réis à companhia que se organizasse para construir uma estrada de ferro, ligando a cidade de Leopoldina à de Porto Novo do Cunha (hoje Além Paraíba), na divisa da Província de Minas Gerais com a do Rio de Janeiro, onde então findavam os trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II. (Estrada, 2010)

numa área de retaguarda cafeeira. Isso tornava inviável para muitos fazendeiros a remessa do café do interior para o porto do Rio de Janeiro.

Pelo exposto anteriormente, não haveria modo como a elevada produtividade da cafeicultura pudesse se consolidar no caso do estado do Rio de Janeiro. Segundo Mendonça (1992), mesmo considerando a elevação geral dos preços do café gerada pela retenção dos estoques a partir de 1909, tal benefício deve ser relativizado no que diz respeito a uma área de retaguarda cafeeira, posto que, diante de condições de produção e produtividade tão díspares, os mesmos preços que respondiam por lucros consideráveis em zonas consolidadas, permitiriam apenas a sobrevida do café no estado do Rio de Janeiro.

As diferenças no custo da produção seriam, de acordo com os próprios produtores do Rio de Janeiro, gritantes. O fato é que, considerando-se os efeitos da crise do café tanto no sentido amplo – ou seja, em relação aos preços – quanto em um sentido regional, constata-se a grande disparidade de seus desdobramentos. As políticas implantadas para a sustentação de preços e a queda das cotações permitiriam, para uns, a consolidação de novas lavouras. Para outros, a busca de alternativas à cafeicultura.

Considerada sob controle a crise do café, estava, portanto, aberto o caminho para transformações significativas nos diferentes complexos agrários regionais. No caso fluminense, tal mudança consistiu no aprofundamento da diversificação agrícola do estado enquanto alternativa à decadência da cafeicultura regional – tendência que se vinha esboçando desde inícios do século XX. Cabe mencionar, no entanto, que, desde fins do século XIX, havia se iniciado na então província fluminense uma mobilização destinada a contornar a crise da cafeicultura regional. Já na Mensagem do Presidente de Estado de 1896 se anunciava que “as zonas apropriadas a esta produção, esgotadas por crescentes plantações, têm despertado a atenção do governo fluminense para a transformação gradual e progressiva da monocultura extensiva em policultura intensiva” (MPERJ, 1896, p. 31). No entanto, seria somente com a presença de Nilo Peçanha à frente do Executivo estadual, entre 1902 e 1906, que se inauguraria uma política regular e efetiva de incremento à diversificação agrícola do estado (Mendonça, 1992).

É bom deixar claro que, diferente do que aconteceu em outros estados, a diversificação agrícola fluminense não surgiu na pequena propriedade oriunda da fragmentação de grandes e velhas fazendas, nem na “colonização pelos trilhos” ou tampouco no sistema de colonato. Na verdade, ao invés de ser paralela à expansão do setor cafeeiro, ela seria sua substituta, realizada na grande propriedade (Mendonça, 1977)

Considerando os dados acima, é preciso, portanto, acompanhar o histórico de ocupação da agricultura fluminense. Para tanto, recorreremos às transformações ocorridas desde o cultivo café – então o principal elemento da agricultura na região – até sua substituição por outras culturas. Seria esse o processo que nos levaria até a horticultura, hoje a principal atividade produtiva da Região Serrana fluminense.

A respeito da agricultura fluminense, eram recorrentes, principalmente na década de 1990, os trabalhos que a apontavam como um setor de pequena relevância. Segundo o IBGE, a agricultura tem uma participação de apenas 2% do PIB<sup>2</sup> do Rio de Janeiro, considerado um estado com pouca tradição agropecuária. A isso se soma sua alta taxa de urbanização, uma das mais altas do país: cerca de 95% da população reside em áreas urbanas, sendo que 76% desta população se concentra na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (IBGE, 1997).

“Rudimentar, de baixo padrão tecnológico” (censo agropecuário/IBGE de 1995-96), “desarticulada” (Wilkinson & Maluf, 1997) e “atrasada e descapitalizada” (SEAF/ITC, 1991) são algumas das características atribuídas à agricultura fluminense. Isso acaba por defini-la como um setor deficiente, o que é corroborado por Wilkinson & Maluf (1997). Os autores apontam que, apesar de apresentar o segundo maior mercado consumidor do país, o estado não consegue produzir alimentos necessários para abastecer sequer 50% da sua população. Essa falta de autossuficiência o obriga frequentemente a recorrer a outros estados.

Podemos, contudo, explicitar diversos fatores que contribuem com essa situação: o grande número de estabelecimentos com áreas exíguas, a topografia bastante acidentada – que dificulta a mecanização das lavouras –, o baixo índice de eletrificação rural, a baixa capacidade de armazenagem e uma agroindustrialização limitada. Tudo isso resultaria na participação relativamente pequena do PIB agrícola no produto total do estado – menos 2% contra os cerca de 12% nacionais – e o peso decrescente do PIB agrícola do estado no PIB agrícola nacional. Dessa maneira, ao considerarmos o espaço agrário fluminense, nos deparamos com inúmeras naturalizações, como a classificação do Rio de Janeiro como um espaço eminentemente urbano e com uma agricultura rudimentar e deficiente.

No entanto, um olhar mais atento às peculiaridades da estrutura fundiária fluminense pode nos levar a repensar essas naturalizações. Ainda hoje, o espaço agrário do estado é caracterizado pela predominância de pequenos estabelecimentos agrícolas, com área inferior a 10 hectares. Os grandes estabelecimentos, com mais de 1000 hectares, são

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

praticamente inexistentes. Essas características, ao invés de nos levarem a pensar apenas em uma agricultura insuficiente, significam que o padrão da modernização agrícola sustentado em grandes propriedades não se aplica ao estado do Rio de Janeiro. Para tanto, podemos analisar que, enquanto no Brasil verificamos uma opção pela modernização econômica e tecnológica da grande produção e da grande empresa capitalista, no Rio de Janeiro a maioria dos estabelecimentos rurais (61,60%) se enquadra na categoria “produção familiar” – de acordo com a nomenclatura FAO/INCRA (1996) – e é administrada pelo proprietário.

Ainda em uma perspectiva histórica, podemos utilizar as idéias de Alentejano (1997) ao fundamentar que a imagem de decadência da agricultura fluminense persiste até hoje devido a diversos fatores, como a decadência da atividade cafeeira em fins do século XIX e início do XX, a pobreza da área canavieira, a multiplicação de chácaras e sítios de lazer e o predomínio da pecuária extensiva e da improdutividade da terra, principalmente ao longo dos principais eixos viários do estado, como a Dutra, a Washington Luis e a BR-101.

Este panorama, portanto, nos leva a quase sempre descredibilizar o potencial da agricultura no estado e, ainda, negligenciar a existência de espaços agrícolas altamente produtivos, como é o caso regiões que produzem e se inserem no mercado de formas distintas em todo o estado. A exemplo disso, podemos citar a Região Serrana, considerada o “cinturão verde”<sup>3</sup> do estado, produtora de hortaliças, olerícolas, frutas orgânicas, flores, aves e outros artigos. Outra região digna de nota é o Norte Fluminense, reconhecido pela coexistência da produção monocultora, principalmente da cana-de-açúcar, e da agricultura familiar, inclusive de assentamentos de reforma agrária. Já a Região Sul do estado se destaca na produção de frutas e derivados da pesca. A região metropolitana, por fim, apresenta um grande movimento de produção de hortas urbanas que abastecem os mercados locais.

Cabe acrescentar que a maioria dos exemplos citados acima, por se tratar de pequenas atividades produtivas, acaba sendo desconsiderada. Sua representatividade no mercado de hortifrutigranjeiros é bem pequena e numericamente baixa se comparada a outras atividades que dão certo lastro ao PIB do estado. Entretanto, essas atividades ditas insignificantes, se considerados seus efeitos sobre seus municípios e até mesmo bairros – como é o caso da produção de hortas em áreas metropolitanas –, são responsáveis por

---

<sup>3</sup> São áreas quase sempre limítrofes às regiões metropolitanas, com a estrutura fundiária marcada pelas pequenas propriedades, o uso intensivo da terra e as atividades voltadas ao abastecimento do mercado de hortifrutigranjeiros.

resultados significativos, principalmente no que se diz respeito à renda familiar dos agricultores.

Ainda outros autores, como Romeiro (1989) e Binsztok (1997), relativizam a imagem de deficiência da agricultura fluminense. Para Romeiro, os parâmetros utilizados principalmente pelo censo agropecuário distorcem a realidade, já que expressam na verdade as características específicas do estado no que concerne seu espaço agrícola. Utilizando outros parâmetros, como a utilização de terra, o grau de padrão tecnológico e a participação do estado do Rio de Janeiro no volume total de olerícolas comercializado pela CEASA-RJ, chega-se à seguinte conclusão:

pode-se dizer que, se o potencial agrícola do estado do Rio de Janeiro ainda está longe de ser totalmente bem utilizado, por um outro lado tudo indica que a agricultura fluminense, ao contrário do que se supunha, é bastante dinâmica e eficiente (Romeiro, 1989).

É ainda Romeiro (1989) que, utilizando outros critérios, relativiza e até inverte essa imagem de decadência e ineficiência ao apontar que o estado é um dos menores do Brasil em superfície – 0,5% do território nacional – e apresenta uma topografia bastante acidentada, com áreas agricultáveis relativamente menores que os demais estados. Essa topografia acidentada limita, sem dúvida, a prática de atividades do tipo extensivo e a mecanização da produção agrícola.

Ainda que a agricultura tenha apresentado um quadro de redução dos estabelecimentos, da área plantada e do pessoal ocupado,<sup>4</sup> existem sinais de dinamização e expansão de alguns segmentos. De acordo com o último censo agropecuário, ao lado do declínio dos cultivos tradicionais no período entre 1985 e 1986, destaca-se a expansão significativa de algumas atividades consideradas mais modernas praticadas de modo intensivo, como o cultivo de plantas ornamentais (Silva, 1997), praticamente concentrado na Região Serrana.

Essas atividades são significativas quando pensadas à luz da diversificação da produção agrícola que aconteceu no estado desde a crise do café. Não se pode deixar de considerar, é claro, que essa diversificação ocorreu em tempos e espaços diversos. Para a Região Serrana, por exemplo, podemos ponderar a história da substituição da produção do café pelas caixarias, depois pelas olerícolas e por fim pela produção de hoje, altamente modernizada e tecnificada.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.cide.rj.gov.br>

Entretanto, ainda a respeito da deficiência da agricultura fluminense, segundo Wilkinson & Maluf (1997) podemos ponderar que, mesmo com gargalos à competitividade, como a armazenagem, já existia a organização de uma atividade agrícola. Essa atividade se caracteriza por ser dinâmica – como é o caso da olericultura, da fruticultura e da produção de pequenos e médios animais –, voltada fundamentalmente para o abastecimento do mercado de produtos *in natura* e localizada na Região Serrana do estado.

Nos estudos recentes de Wilkinson e Maluf (1997), observamos uma divisão tipológica que inclui cinco categorias: setores tradicionais, setores tradicionais em reconversão, setores novos com deficiências, setores de implantação recente ou com potencial de implantação e setores novos dinâmicos. A olericultura e a criação de pequenos e médios animais – particularmente na avicultura de corte –, típicas da Região Serrana, entram nessa classificação como setores novos dinâmicos. Isso quer dizer que incluem atividades cuja prática no estado ganhou relevância na década de 1980 e que têm em certa medida acompanhado as inflexões do setor agroalimentar. Vale lembrar que são atividades intensivas, que têm alta capacidade de geração de valor agregado e não requerem áreas extensas. Conforme nos informa Idaco (1993), a maioria dos cultivos de hortaliças e olerícolas é realizada em microestabelecimentos de até 10 hectares e contribui com pelo menos a metade da produção total do estado. Além disso, a mão de obra nos estabelecimentos dedicados aos hortifrutigranjeiros se baseia frequentemente no trabalho familiar, combinado ou não ao trabalho assalariado. Tudo isso nos leva a acreditar que a dinâmica e a eficiência da agricultura fluminense não se baseiam na grande propriedade e na grande produção, mas em pequenos e médios estabelecimentos.

As culturas tradicionais, já na década 1960 e 1970, estavam perdendo espaço para outras culturas de maior valor agregado, mais apropriadas às condições de topografia, clima e estrutura fundiária. Essas novas culturas estavam, inclusive, sendo estimuladas pelas modificações nos hábitos alimentares e de consumo. Portanto, podemos afirmar que estava em curso um processo de reestruturação do sistema agroalimentar, assentado sobre uma nova base tecnológica. Não mais a base anterior, regida pela Revolução Verde, mas uma base de maior flexibilização e diversificação produtiva, regida por uma diferenciação de produtos e segmentação dos mercados.

Dessa maneira, encontramos um marco importante na sequência do nosso trabalho: além de compreender a diversificação da produção no estado e seus efeitos gerais, já conseguimos observar em grande medida o modo como ocorreram as transformações

socioespaciais na agricultura do Rio de Janeiro, reorganizando o espaço e adequando e ajustando os agricultores a essa realidade. A respeito da produção dinâmica, observamos que áreas específicas como distritos e algumas localidades de municípios são consideradas por alguns autores como “ilhas de eficiência” (Binzstok, 1997) ou, como dito anteriormente, “novas dinâmicas” (Wilkinson & Maluf, 1997). Elas incluem produtos que ganharam relevância a partir da década de 1980 e seguiram as mudanças do setor agroalimentar.

No entanto cabe ainda dedicar um pouco mais de atenção ao que chama Binzstok de ilhas de eficiência. Posta a discussão das mudanças na agricultura fluminense, sua diversificação, sua realidade fundiária, seu caráter substitutivo à cafeicultura, sua adequação e inserção ao mercado, como poderíamos considerar essa agricultura ineficiente? Considerando que a Região Serrana concentra quase toda a produção de olerícolas e parte da de grãos, que abastece a região metropolitana do Rio, como podemos considerá-la ineficiente ou isolada? Parece-nos claro aqui que a Região Serrana é um espaço significativo para essa discussão. Além de apresentar mudanças significativas no processo de diversificação da agricultura no estado, no mercado de terras – com a atividade de veraneio, por exemplo – como na modernização da produção agrícola, é ela também área central na produção dinâmica traduzida no plantio de olerícolas ou produtos *in natura*, considerando que é responsável por quase todos os produtos dessa categoria consumidos na região metropolitana do Rio de Janeiro.

A Região Serrana é uma das oito regiões que compõem o estado do Rio de Janeiro (ver mapas 1 e 2). Fica situada próxima à metrópole, da qual sofre uma forte influência tanto do ponto de vista social como econômico. A produção agrícola e a industrial encontram um grande mercado na cidade do Rio de Janeiro, que serve de estímulo para o cultivo de uma lavoura comercial intensiva, diversificada e viável em pequenos estabelecimentos (Musumeci, 1987). A “vocação agrícola” da Região Serrana tem sido destacada, nos últimos trinta anos, pelo aumento da importância da sua produ  o, sobretudo de olerícolas para o abastecimento da metrópole do Rio de Janeiro.    responsável por cerca de 70% do total de olerícolas do estado, que é praticamente autossuficiente (Cide, 2008).

Observamos que alguns municípios se caracterizam como áreas significativas para o desenvolvimento de atividades não agrícolas – como veraneio e turismo rural – ou até mesmo para a convivência de atividades agrícolas e não agrícolas – a chamada

<sup>5</sup> Para maiores definições, conferir Carneiro (1999).

**Fonte** – Fundação Cide (2009).





É importante ressaltar que essas áreas aqui consideradas predominantemente agrícolas o município de Sumidouro são assim chamadas por estarem inseridas em um mercado em expansão relativamente recente. Ao contrário das áreas tradicionais na produção de olerícolas da Região Serrana – como é o caso dos municípios de Teresópolis e de Nova Friburgo –, Sumidouro passa a produzir de forma integrada ao mercado de hortifrutigranjeiros a partir de meados da década de 1980, tendo na natureza de sua produção uma lógica diferenciada da dos outros municípios. Não é apenas uma modernização apenas tardia, mas uma que incluiu uma mudança gradativa da racionalidade dos agricultores do lugar, que incorporaram aos poucos a lógica da modernização.

Nessa perspectiva, chegamos a uma questão central, para a qual fica claro que analisar a agricultura fluminense sob o prisma do modelo produtivista é reduzi-la somente à esfera econômica e terminar considerando-o ineficiente e frágil. Além disso, encarar essa agricultura com a mesma metodologia utilizada na análise da produção de outras áreas do país, sem levar em consideração as especificidades locais, nos parece um erro grave e negligente. A agricultura, se pensada em outros termos, pode contribuir para uma revalorização não só do rural, mas até mesmo da produção agrícola de um estado eminentemente urbano (Teixiera, 1998).

Ao analisar um espaço tão diversificado, considerando toda uma produção variada, com altos padrões de qualidade e estética, a opção por abordar o município de Sumidouro se faz relevante para nossa proposta. Considerando que o município se trata de uma área extremamente dinâmica, incorporadora da lógica da modernização agrícola, indicada como o maior produtor de olerícolas do estado, com uma produção essencialmente diversificada, moderna e tecnificada que atende a um mercado consumidor cada vez mais exigente e sofisticado como o do Rio de Janeiro, nos remetemos à proposta de romper com a análise calcada na dicotomia suficiência/insuficiência da agricultura fluminense.

## **1.2 – A expansão da horticultura e sua inserção no mercado de hortifrutigranjeiros.**

Considerar a expansão da horticultura no estado do Rio de Janeiro é falar essencialmente da modernização da agricultura e de seus efeitos em um espaço específico: a Região Serrana. Tratamos este espaço como específico, é até hoje responsável pelo abastecimento de hortaliças e olerícolas ao mercado consumidor da região metropolitana e de outras regiões do estado.

A expansão da modernização da agricultura, especificamente da horticultura da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, se define entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980. Esse processo apontou para um novo momento na evolução da economia evidenciado por profundas transformações da estrutura produtiva, que incluíram desde uma ligação mais íntima da agricultura local com o capital industrial até a inserção de novos mecanismos de comercialização. Essas mudanças foram possíveis também pelo advento da eletrificação rural e o asfaltamento das rodovias Rio-Friburgo (RJ-116) e Friburgo-Teresópolis (RJ -130), facilitando a modernização da produção e seu escoamento.

Outro fator importante destas transformações é a posição que a Região Serrana ocupa de abastecedora do mercado consumidor do Rio de Janeiro, além de, sem dúvida, a participação de imigrantes japoneses que promoveram a valorização da horticultura, a substituição e inter-relação de antigas e novas técnicas de plantio e a transformação da velha economia, caracterizada pela policultura de cereais e raízes, hortaliças e flores (Cide, 2008).

Verificamos na área em estudo a ocorrência de dois momentos diferentes do processo de expansão da modernização. Até meados de 1940, a chamada economia de mercado não tinha a amplitude que tem hoje: as cidades não eram tão grandes e os mercados urbanos não eram tão importantes; as cadeias de comercialização não mostravam a forte concentração que hoje as caracteriza; era bem menor a participação da população rural na circulação do dinheiro.

A modernização da agricultura na região, principalmente através dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, começa a ser incorporada à produção e pode ser evidenciada na substituição de elementos tradicionais, como arados trocados por tratores e adubos orgânicos por sementes industrializadas e adubos químicos – todos hoje largamente utilizados.

Conforme alguns depoimentos retirados de entrevistas concedidas à Emater, à Secretaria de Agricultura e ao Centro de Documentação Histórica Pró-Memória de Sumidouro, a sociedade local, frequentemente de origem camponesa européia, se organizava numa espécie de economia autárquica, de subsistência. Havia menos dinheiro e menos conforto. Produziam o suficiente para atender às necessidades básicas e o dinheiro era usado para adquirir bens complementares. A preocupação com economizar fica ilustrada nas palavras de um agricultor de 76 anos, em Sumidouro: “naquele tempo não

havia dinheiro, a minha avó vivia falando: olha o dinheiro para comprar sal, açúcar e café”. (Orlando Santos, Sumidouro, maio de 2005)

Apesar da tecnificação, que se dá em diferentes níveis, a horticultura continua sendo um sistema agrícola que exige mão de obra, visto que certas tarefas, como o plantio e a colheita, ainda não são mecanizadas. Não é por outro motivo que se mantém nessa área, numerosa mão de obra composta não só de pequenos proprietários. É significativo o número agricultores que não possuem terra, principalmente na condição de parceiros, moradores dos sítios, e também, em menor quantidade, como trabalhadores assalariados. A população rural aumentou, mas o mercado de trabalho se ampliou também em razão do crescimento da horticultura.

Não se pode deixar, é claro, de relacionar a ampliação do mercado às transformações da estrutura produtiva e das relações sociais de produção com a problemática da terra na região. Já em meados de 1970, o mercado de terras passa a ter uma outra configuração na região. A terra que era de certa forma abundante passa a ser escassa quando combinada ao modelo de agricultura intensiva e totalmente voltada para o mercado. Acredita-se que surge então o segundo momento de expansão da modernização, que se alia a uma transformação da organização socioespacial até então encontrada na região. As terras passam a ser não mais desmembradas apenas por herança, mas se estabelece um mercado de terras. Muitos sítios são comprados pelos agricultores mais capitalizados, em melhores condições, e, por outro lado, muitos vendidos pelos que não conseguem então se inserir no mercado e se adaptar à nova lógica de produção, ou, melhor dizendo à lógica da produtividade. Passou a ser necessário que os agricultores imprimissem um novo comportamento perante as demandas do mercado.

Ocorreu então o desmantelamento de uma cultura camponesa na qual existiam, por um lado, os agricultores descapitalizados, sem terra, já na condição de parceiros e, por outro lado, os agricultores proprietários de terras e investidores do setor agrícola. Daí a afirmação de um dos agricultores de que hoje “a terra não tem valor” (Orlando Santos, Sumidouro, maio de 2008). No mundo tradicional, quando ele praticava uma policultura de cereais e raízes e criava pequenos animais, com investimentos pouco expressivos, “a terra tinha valor”. Hoje a terra não tem mais valor, pois não tem mais autonomia: ele só produz para o mercado.

O agricultor Joel Souza (2007) ilustra claramente em suas palavras a inversão que a modernização promove na região quando fazemos a ele as seguintes perguntas:

– Por que a terra não tem mais valor? O que aconteceu?

– Naquele tempo a terra tinha valor, hoje não tem. Ter terra era ter segurança; você tinha o principal. Hoje não é assim. A segurança tá no dinheiro. Para produzir hoje tem que comprar tudo: semente, adubo, remédio, pagar luz... tudo é no dinheiro. Não adianta só ter terra. Tá entendendo nossa situação? Porque antes eu produzia do que eu tirava na terra mesmo. Mas se hoje não for daquele jeito padrão, ninguém leva minha produção pra vender lá em Irajá, nem pra Conquista! E eu vou fazer o quê?

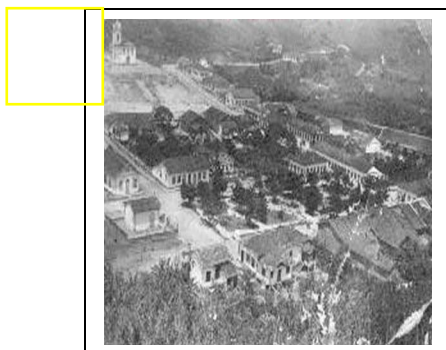
– Mas como fica para quem não tem terra? É pior, né?

– Mas quem não tem terra, nem sei se é pior. Porque é menos uma preocupação. Meeiro só vai lá, planta, colhe e vende. Já nem sei mais, minha filha. O risco aqui é muito grande. Eu corro o risco de perder minha terra toda lavoura que faço. Eu já vendi muito minhas terras. Sobrou isso aqui que a gente tá vendo... eu tinha muito mais. Mas precisava de dinheiro para produzir. É muito difícil. Só vai bem quem consegue produzir muito e começar a sobrar um pouco, sabe? Senão... (Joel Souza, depoimento cedido a Daniela Egger em junho de 2007)

Vemos, assim, com um exemplo, as mudanças na vida e na economia do lugar, que são patentes e perceptíveis. São essas as consequências concretas das transformações socioespaciais a que chamamos atenção: as mudanças no modo de vida, na economia local, no padrão de organização da produção, no trabalho e no espaço. Isso destacado, observamos também a expansão da modernização agrícola, visível nos elementos que são essenciais para o cultivo das lavouras – padronizadas, como bem ilustra o agricultor Joel.

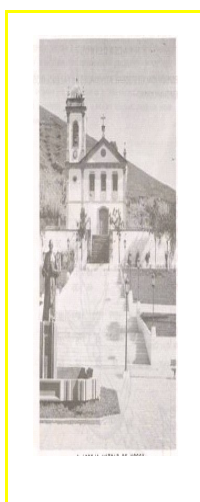
Cabe ressaltar que padronizados também estão os produtos. Esses são feitos de acordo com um modelo de forma e quantidade que se traduz, para muitos, em qualidade da produção. As sementes industrializadas são produzidas para este modelo. E, podemos afirmar, esse panorama é na verdade a concretização de um arquétipo de consumo e de padrão estético dos produtos alimentares *in natura* que ocorre em toda a agricultura nacional. É um aspecto da modernização e suas implicações na sociedade como um todo, que vão gerar efeitos colaterais tanto sobre a cidade quanto sobre o campo, se observados na perceptiva espacial de análise.

### 1.3 – Reduzindo a escala de análise: a expansão da horticultura em Sumidouro.

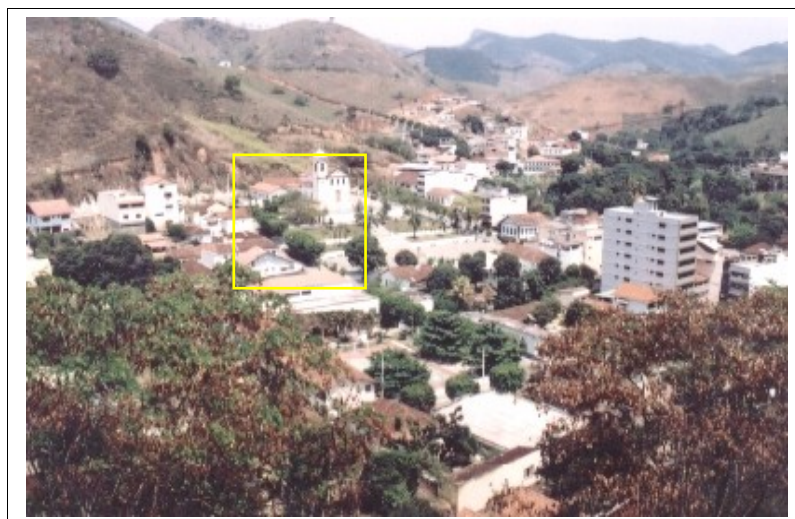


**Fotografia 3** – Vista panorâmica da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer em 1889 – hoje distrito sede do município de Sumidouro.

**Fonte** – Centro de Documentação Histórica Pró-Memória de Sumidouro.



**Detalhe da Fotografia 2** – Capela Nossa Senhora da Conceição, construída em 1822.



**Fotografia 4** – Vista Panorâmica do distrito sede Sumidouro, do município, maio de 2005. Em detalhe a capela Nossa Senhora da Conceição.

**Fonte** – Centro de Documentação Histórica Pró-Memória de Sumidouro.

Expostas até agora as transformações socioespaciais das relações de produção na agricultura fluminense, nos colocaremos doravante a analisá-las em foco, com uma redução da escala de análise, observando, portanto, as variações na forma de organizar e produzir no município de Sumidouro. Para tanto, nos ateremos primeiramente a uma breve apresentação da área em estudo.

Controversassão as histórias a respeito do surgimento e do núcleo inicial de ocupação do município de Sumidouro.<sup>6</sup> Autores como Lamego (1963) e Silva (1990) acreditam que sua primeira ocupação não indígena tenha ocorrido nos tempos do café. Porém, historiadores do Centro de Documentação Histórica Pró-Memória de Sumidouro acreditam que a chegada dos primeiros habitantes seja anterior à cultura cafeeira. A história do município é muitas vezes tratada com seu início na construção da capela erguida em homenagem a Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, em 1822 (IBGE, 1959; FIDERJ, 1977).

No entanto, segundo Silva, 1990, a ocupação original sucedeu-se com a chegada de garimpeiros a Cantagalo, local onde existiria um garimpo ilegal de ouro. Para bular a fiscalização da Coroa Portuguesa, teriam sido abertas trilhas e caminhos paralelos à estrada geral. Segundo o historiador, foi nesse momento que o primeiro povoamento ocorreu no município, servindo como base e ponto de descanso para os viajantes clandestinos (Cortes,

<sup>6</sup> A citação tradicionalmente difundida, relacionada às origens de Sumidouro, é a que menciona a “construção de uma capela, em 1822, destinada ao culto de Nossa Senhora da Conceição, à margem direita do Paquequer e próxima a um grande sumidouro de águas” IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

2005). As primeiras pesquisas sobre o município nos levam a supor que a atividade que proporcionou a primeira ocupação do município de Sumidouro tenha sido o tráfico de ouro. Essa atividade teria trazido os seus primeiros moradores, ou pelo menos as primeiras instalações para recebê-los esporadicamente.

Até sua emancipação e elevação à categoria de município, Sumidouro esteve subordinado a diversas Vilas. Já nessa época, a localidade experimentava um certo crescimento devido ao desenvolvimento da atividade cafeeira, transformando-se num importante produtor. Estudos indicam que o café se desenvolveu levando destaque econômico e infraestrutura à área – além, é claro, de destruir enormemente a floresta nativa (TCE, 2004).

Por volta da década de 1850, foram realizadas as primeiras iniciativas para a construção da ferrovia The Leopoldina Railway CO. LTDA, que ligaria o Porto Velho de Cunha até Sumidouro, visando facilitar o escoamento de sua produção cafeeira. Paralelamente ao declínio da exploração das lavras de ouro das Minas Gerais, o cultivo do café se impunha como uma alternativa econômica. O povoamento da região que hoje pertence ao município de Sumidouro, após ter sua origem ligada ao ciclo do ouro, vai ter seu crescimento econômico relacionado à expansão cafeeira em meados do século XIX, outrora denominada de ciclo do café.

É exatamente nesse período, quando a vila é elevada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, que a região atinge o auge da produção cafeeira, atividade que substituiu o tráfico clandestino de ouro, também por conta da decadência das Minas Gerais. Inúmeras fazendas foram estabelecidas, prosperando à custa de mão de obra escrava. A localidade de Sumidouro estava integrada economicamente à região de Cantagalo, pólo da produção cafeeira em conjunto com o Vale do Paraíba.

Essa fase áurea entra em declínio com a abolição da escravatura, em 1888. A produção cafeeira do Vale do Paraíba, que estava calcada nesse tipo de mão de obra, começa a decair, perdendo o lugar de destaque para outras regiões produtoras, como as regiões norte e oeste do estado de São Paulo, cuja produção se destacava pela mão de obra imigrante.

Segundo Cortes (2005), o desenvolvimento econômico manteve-se por algum tempo na região que compreende a atual configuração territorial do município de Sumidouro. Apesar de reconhecer a dificuldade encontrada pelos fazendeiros após a abolição da escravatura, quando alguns sucumbiram frente ao novo sistema produtivo, o

autor afirma que a chegada do trem manteve algum crescimento econômico, uma vez que facilitou o escoamento da produção cafeeira.

Já Lamego (1963) cita a prosperidade econômica de Sumidouro como de fundamental importância para sua emancipação. O autor coloca que

o pequeno município de Sumidouro foi uma das várias unidades municipais criadas pela república, instáveis quase todas, algumas desaparecidas por decretos posteriores. Assim foi ele extinto em 28 de maio de 1892, sendo, porém, restabelecido em 5 de novembro do mesmo ano.

Em anos posteriores, agrava-se o processo de estagnação econômica ocasionado pela crise do café nos anos que precederam a emancipação de Sumidouro. Mesmo não sofrendo tanto com o fim da abolição e as fortes crises do café – como aconteceu nos demais municípios serranos envolvidos no cultivo no final do século XIX –, Sumidouro é fortemente impactado pela conjuntura decadente do café na década de 1920. Tal fato sepultou o ciclo cafeeiro de Sumidouro nas décadas posteriores. Contudo, não houve alteração no padrão de distribuição populacional do município, que continuou com a grande maioria dos habitantes espalhados pela zona rural, desenvolvendo atividades quase que exclusivamente agrícolas.

Nesse contexto, fato esclarecedor para a curta história do café no município é a erradicação dos cafezais, política executada a partir de 1961/1962 pelo GERCA (Grupo Executivo para a Racionalização da Cafeicultura), ligado ao Instituto Brasileiro do Café (IBC). Entretanto, o Governo Federal começou a implementar nacionalmente entre 1973 e 1974 o Plano de Renovação e Revitalização da Cafeicultura, também formulado pelo IBC. Tinha por objetivo reestruturar o chamado parque cafeeiro, beneficiando “alguns importantes segmentos da economia brasileira, como o setor agrícola de exportação, a indústria de torrefação e moagem, a indústria de café solúvel e o consumo interno, àquela altura de 8 milhões de sacas anuais” (Motta Filho, 1992).

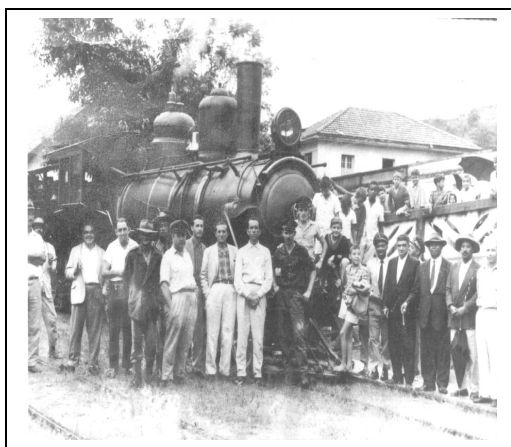
A respeito dessa expansão e ocupação da área em estudo, sabe-se que parte da Região Serrana, a antiga fazenda Morro Queimado, adquirida por D. João VI, foi destinada em contrato de 1818 à instalação de suíços católicos trazidos por Sebastião Nicolau Gachet (Meyer, 2006). No contrato, estaria prevista também uma ocupação provisória dos colonos que construiriam casas nos lotes rurais tão logo fossem distribuídos. Entretanto, originou-se na região um núcleo urbano que não mais foi desfeito, contrariando a intenção da



administração da colônia e confirmando suas preocupações conforme encontramos em Bernardes:

Apesar de toda a insistência da administração da colônia que procurou impedir o desenvolvimento de um núcleo urbano para que esse não desviasse os colonos da agricultura, foi exatamente isso o que sucedeu. De um lado, a instalação da vila representava a quebra do isolamento a que estavam condenados esses imigrantes, que muitas vezes não eram sequer agricultores e, de qualquer modo, estavam habituados à vida gregária em aldeias. Por outro lado, os entraves que logo surgiram, impedindo o progresso e negando estabilidade à ocupação agrícola da colônia, constituíram o principal fator da expansão do aglomerado urbano, desde os primeiros anos (1958).

A construção da estrada de ferro Carangola, que teve sua estação inaugurada em 1873, deu grande impulso às atividades voltadas para os veranistas, embora dez anos depois fosse construído o acesso ferroviário a Petrópolis, que, mais próxima do Rio de Janeiro e com a preferência do Imperador, tornou-se centro mais importante da serra fluminense (Bernardes, 1958).



**Fotografia 5** – Locomotiva da Estrada de Ferro Carangola, 1910.

**Fonte** – Centro de Documentação Histórica Pró-Memória de Sumidouro.

A implantação da Estrada de Ferro Cantagalo, ligada à economia cafeeira, favoreceu o crescimento de Sumidouro, que assim torna-se sede municipal em lugar de São José do Ribeirão. Outros núcleos de povoamento importantes surgiram em princípios do século XIX, com colonos brasileiros e estrangeiros, além da mão de obra escrava. Procedentes de Nova Friburgo, esses colonos se deslocaram pelo vale do Rio Grande e foram se estabelecer às margens do Ribeirão São José em busca de terras mais férteis e menos frias, mais adequadas para o cultivo do café. Esse povoamento iria dar origem a um agrupamento que em 1857 seria elevado a Freguesia de São José do Ribeirão.

Cabe, entretanto, ponderar que, em um período mais recente da história, apesar do desenvolvimento da indústria, da função de veraneio e da perda de importância da atividade agrária na Região Serrana como um todo, principalmente a partir da década de 1940, a presença da Metrópole, que promoveu estas transformações, causou, por outro lado, de forma até contraditória, porém combinada, significativas mudanças no espaço agrário. Por representar importante mercado consumidor, a Metrópole promove acentuado crescimento e modernização da horticultura, em proporções inimagináveis até cerca de 40 anos antes. Houve, assim, mudanças radicais no sistema agrícola, hoje altamente tecnificado e capitalizado nas relações de produção e na comercialização (Côrtes, 2005).

O caráter relativamente recente dos processos de transformação de Sumidouro em relação a outros municípios da região é um dos outros fatores importantes para a compreensão do momento atual. No contexto de um estado eminentemente urbano como o Rio de Janeiro, esse município nos mostra uma realidade diferenciada. Com 84%<sup>7</sup> de sua população localizada em áreas rurais e a maior população rural do estado, Sumidouro é uma exceção, uma vez que o estado do Rio de Janeiro possui apenas 4% de sua população no campo.

A derrocada da cultura do café nos municípios da Região Serrana – inclusive Sumidouro – fez com que os investimentos fossem em grande parte direcionados à pecuária. A atividade de criação de gado leiteiro ou de corte na região e em especial em Sumidouro, de acordo com os agricultores da região entrevistados, não é muito viável em virtude do relevo acidentado das terras e principalmente do tamanho das propriedades. Nas décadas de 1960/70, no fim do ciclo do café na região, muitos agricultores afirmam que houve um processo de desmembramento da propriedade por transferência de títulos. Com isso, as terras foram sendo divididas em heranças entre filhos e parentes, prevalecendo no município as pequenas propriedades. Isso deixou os agricultores sem muita disponibilidade de terras e capital para a criação de gado.

Ainda que a pecuária tenha em grande medida substituído o café em municípios como Sumidouro, é na horticultura que o município se sobressai, com destaque para a multiplicidade de produtos e a diferenciação das formas de produção atualmente.

O município de Sumidouro tem uma área total de 397,6 km<sup>2</sup>, correspondentes a 5,7% da área da Região Serrana, distribuídos em quatro distritos:<sup>8</sup> Sumidouro (distrito sede), Campinas, Dona Mariana e Soledade (ver Mapa 3). Seu núcleo inicial de

---

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

<sup>8</sup> Fontes: SEPDET/IBGE/Prefeituras - 2000

colonização é datado de 1822. O progresso da área, baseado na economia agrícola, motivou em 1843 a elevação da localidade à categoria de freguesia, sob a jurisdição do município de Nova Friburgo. Apesar da abolição da escravidão, a economia local se manteve em ascensão por algum tempo, o que determinou em 1890 a elevação da freguesia à condição de vila e a criação do município de Sumidouro.

Seu processo de ocupação urbana se desenvolveu em função da expansão da economia cafeeira no planalto fluminense. O núcleo estruturou-se em torno da capela de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, hoje localizada na entrada da sede do município. A área urbanizada é bastante antiga e se manteve sem muitas expansões até os dias de hoje, porém bastante modificada, como pode ser visto nas fotografias deste capítulo (Cide, 2000).

**Mapa 3** – Divisão administrativa de Sumidouro em 2005.



**Fonte** – Produzido por Daniela Egger, 2005.

A atividade agrícola da área em estudo vincula-se a uma horticultura bastante modernizada e diversificada que evoluiu com a expansão do mercado metropolitano do Rio de Janeiro. Ela é realizada conforme um sistema agrícola intensivo de trabalho, exploração da mão de obra e capital, intenso investimento em adubos químicos, sementes, agrotóxicos, fertilizantes e maquinários agrícolas.

Participando de um contexto com uma horticultura altamente tecnicizada e existente há pelo menos quatro décadas – como é o caso do restante dos municípios da Serra Fluminense –, Sumidouro apresenta um processo de modernização mais recente que o restante da região. Segundo alguns agricultores, a substituição da produção dos produtos de caixarias pela horticultura convencional ocorreu há aproximadamente 15 ou 20 anos. No entanto, deve-se levar em consideração que o processo de modernização agrícola não se faz simultânea e homogeneamente em todos os espaços. O município possui hoje como significativa atividade econômica a horticultura modernizada, praticada pelas famílias de agricultores e em sua maioria constituída por parceiros.

Entende-se por horticultura modernizada e convencional aquela que, nos moldes da modernização agrícola, adota a modificação da base técnica da produção, na qual os agricultores vão então substituir os elementos naturais da produção, como adubos orgânicos e sementes, por fertilizantes e adubos químicos e sementes industrializadas, na busca de produtividades cada vez maiores (Silva, 1999). Esse cenário é observado em toda a região, e pode ser comprovado com a substituição dos produtos tradicionais de caixarias – mandioca e bata doce – por produtos mais modernos – olerícolas – na grande maioria dos estabelecimentos (IBGE, 2004).

Segundo entrevista feitas na CEASA em Irajá, Sumidouro é responsável por boa parte do abastecimento de hortaliças da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nas estatísticas oficiais, mesmo com o título de maior produtor de olerícolas do estado, tem ainda boa parte de sua produção escoada pelo Mercado do Produtor de Água Quente, no município de Teresópolis. Isso significa que, mesmo com parte do volume de sua produção contabilizada em outro município, Sumidouro tem ainda significativa participação no abastecimento da região metropolitana e na produção de hortaliças do estado.

Boa parte das atividades econômicas de Sumidouro está hoje relacionada à horticultura. O município teve um passado cafeicultor, com grandes fazendas e grandes produtores de café (ver fotos 6 e 7). Contudo, após o declínio da atividade cafeicultora, ao contrário dos demais municípios da Região Serrana, Sumidouro não sofreu grande êxodo. A população, predominantemente rural, com 84% do total (IBGE, 2004), dedicou-se sobretudo às lavouras tradicionais, a algumas atividades de pecuária pouco expressivas e, posteriormente, à horticultura mais modernizada. Nesse ponto, deve-se levar em consideração que essa agricultura modernizada convive com uma agricultura mais tradicional, quase sempre desenvolvida em fundos de quintais ou áreas impróprias para o

cultivo de hortaliças – parte ainda existente das práticas tradicionais dos agricultores, mas sem grande representatividade na atividade econômica agrícola do município.



**Fotografia 6** – Fazenda Boa Vista, Estrada Sumidouro/Carmo - Abril de 2009.

**Fonte** – Fotografia feita em campo por Daniela Egger, abril de 2009.



**Fotografia 7** – Fazenda Bela Joana, Localidade de Bela Joana / Sumidouro – Maio de 2005.

**Fonte** – Fotografia feita em campo por Daniela Egger, maio de 2005.

Muitos moradores e agricultores afirmam que o município se dedicou à pecuária, gado de leite e de corte após a derrocada do café. Contam que acabaram por substituir a atividade cafeeira pela pecuária. Uma das comprovações desta atividade é a cooperativa de leite que fica no distrito sede do município. No entanto, mesmo com a cooperativa de leite, os produtores explicam que com o passar do tempo foi ficando cada vez mais difícil trabalhar apenas com o gado. As dificuldades eram maiores para os pequenos produtores, pois a atividade exigia muito investimento e grandes extensões de terra. A alternativa acabou sendo o trabalho com as lavouras, por serem bem mais baratas do que a lida com o gado e por exigirem menos terras. Nessas lavouras, chamadas lavouras de caixarias e caracterizadas pela prática da agricultura tradicional, eram cultivados basicamente produtos como mandioca e batata doce.

Nesse período, antes mesmo da introdução da horticultura modernizada, já era possível perceber, segundo depoimentos dos agricultores, que desempenhar atividades que exigissem uma determinada disponibilidade de terras, como a criação de gado, estava ficando difícil. Uma questão a ser investigada é se tal realidade pode apontar realmente para uma possível perda de terras ou de partes de terra por esses agricultores.

Atualmente, com a expansão da modernização e a transformação na atividade produtiva, a atividade agrícola em Sumidouro é basicamente de cultivo temporário, especializada em folhas, principalmente alfaces. Segundo agricultores e moradores do município, esse cultivo começou há mais ou menos 20 anos, possibilitado principalmente pelo acesso aos meios tecnológicos para esse tipo de cultura. A utilização de terras com lavouras temporárias segundo a condição do produtor parceiro – que é a maioria em Sumidouro – demonstra que mais da metade das terras (66%) é utilizada como lavoura temporária (IBGE, 2004). Como foi dito anteriormente, mesmo tendo relação na sua história com a criação de gado, Sumidouro não é um município de grandes propriedades. Sua produção em áreas de menos de 10 hectares chega a 70% do total do município.

Cabe também considerar que, do total de estabelecimentos, 28% desenvolvem atividades desempenhadas pelo agricultor parceiro. O que não se pode deixar de ressaltar é que 54% desses estabelecimentos são utilizadas pelo proprietário, que quase sempre desenvolve relação de parceria na organização do trabalho agrícola. Isso significa que quase 100% das terras estão sob as atividades do agricultor parceiro.

Esses dados permitem, com o devido cuidado, considerar o espaço estudado com uma minoria de pequenos proprietários e uma grande população de parceiros, que trabalham com suas famílias nas terras existentes. Essas famílias são em grande parte oriundas do próprio município – o que pode sugerir a possibilidade de um processo de fragmentação das terras desses agricultores, que acabaram tornando-se parceiros. Uma vez que a expansão da agricultura modernizada não permitiu que parte dos antigos agricultores mantivesse a posse de suas terras, acabou-se por perdê-las para agricultores mais capitalizados.

Chegamos, entretanto, a um ponto central para a compreensão do que se busca neste trabalho. Podemos dizer que se assiste, ao longo da história, às transformações das relações socioespaciais de produção no sentido da modernização e de seus efeitos gerais, que modificam sensivelmente o arranjo do espaço produtivo e, portanto, as relações sociais voltadas à necessária inserção ao mercado. A inserção significa para os agricultores sua única alternativa de existência no campo na condição de agricultor. Esse mercado, por sua vez, determina a dinâmica da agricultura de toda a região.

Podemos ainda dizer: na produção desses agricultores, o parceiro constitui uma unidade de produção e esteve sempre subordinado. Inicialmente, num mundo mais antigo,

menos capitalizado – desmonetizado<sup>9</sup> –, o parceiro se subordinava ao proprietário das terras. Atualmente, continua subordinado ao proprietário, mas também ao capital comercial e industrial. Apesar de hoje não possuir os meios de produção, ele se moderniza na condição de parceiro, inserindo-se na economia de mercado através do proprietário. Contudo, dado o aumento obrigatório da produtividade e, portanto, do seu trabalho, vemos a situação do agricultor perante as modificações no modo de produzir traduzirem-se nas alterações nas relações sociais de produção.

---

<sup>9</sup> Conferir palestra do Professor Doutor Cláudio Antônio Gonçalves Egler no GEOUFF 2004, dia 03 dez 2004, na mesa-redonda do Departamento de Geografia, intitulada “Desenvolvimento econômico, social e ambiental (in)sustentável”.

## **CAPÍTULO 2 – AGRICULTURA FLUMINENSE: CONTINUIDADES E RUPTURAS.**

O que expomos aqui – e o que buscamos compreender neste trabalho de dissertação – é uma reflexão acerca das modificações e adaptações por quais passaram os agricultores, em suas formas mais diversas. Ao considerar o binômio “continuidades e rupturas”, sugerimos um processo que resultou na transformação do agricultor camponês em agricultor comercial. O debate que travamos é o resultado de uma trajetória de pesquisa na Região Serrana do Rio de Janeiro que se iniciou em meados de 2002 e se estendeu até 2010. Durante esse tempo, muitas foram as inquietações, mas, sobretudo, os conflitos e limitações de um universo que se mostra cada vez mais diverso e descontínuo.

A chegada a esse universo de pesquisa, primeiramente Nova Friburgo, mostrava o que acreditávamos ser uma forma clara de campesinato tradicional, precarizada e extremamente empobrecida. Alguns trabalhos foram escritos acerca deste campesinato e suas características. Contudo, após alguns anos de pesquisa e leituras diferenciadas das mais tradicionais a respeito do mundo rural, passamos a nos confrontar com novas formas sociais, todas vinculadas a um modo de vida que tinha uma composição do rústico, mas que, de sobremaneira, apresentava características peculiares. Para o entendimento dessas formas sociais uma análise a partir do conceito de campesinato mais gerava dúvidas do que problemáticas.

Ainda na mesma trajetória, nos debruçamos sobre trabalhos cuja temática eram as relações de trabalho no campo. Esse universo nos levou à sistematização de pesquisas a respeito das formas sociais específicas à organização laboral e produtiva em Sumidouro, também município da Região Serrana do Rio. O local mostrava uma produção mais dinâmica dentro do contexto da Região Serrana e, o que é mais significativo, uma concomitância de formas de organização do trabalho. Em meio a essa diversidade, ocorriam parceiros, meeiros, assalariados, diaristas e arrendatários, dentre outros. Essas possibilidades de organização deixaram claro que falávamos de uma mesma forma social que organiza diversamente o trabalho e a produção, mas que se constitui sobre a relação entre propriedade da terra, trabalho e família. É esse o caminho que passamos a percorrer para identificar as transformações pelas quais passou essa forma social que chamaremos mais especificamente de agricultura familiar.



## **2.1 - Da agricultura familiar camponesa à agricultura familiar moderna.**

As produções científicas a respeito da história e da trajetória social e econômica das pessoas que vivem no campo – seja no Rio de Janeiro ou no resto Brasil – são diversas. Essas produções partem de marcos teóricos variados e são também determinadas pelo momento histórico sobre o qual os trabalhos se debruçavam. Muitos desses escritos lançam mão, entre as décadas de 1970 e 1980, do conceito de camponês ou pequeno produtor rural, na tentativa de definir as distintas categorias de produtores rurais que tinham sua produção organizada com base no trabalho familiar. Com isso, conceitos como campesinato, camponês e agricultura familiar foram amplamente debatidos consoante várias abordagens do campo das ciências sociais e humanas.

Aqui, entretanto, não estamos retomando este debate: nossa preocupação é relembrar debates que contemplem pontos centrais da discussão a respeito das categorias de análise, que sofreram mudanças ao longo dos anos tanto em suas dimensões teóricas quanto em suas caracterizações empíricas. Constitui este trabalho o objetivo de chamar a atenção para uma análise atual e mais criteriosa da diversidade de formas e situações sociais e históricas que ainda se expressam na organização produtiva da agricultura fluminense. Para tanto, retomaremos pontos que consideramos essenciais à análise atual sob a perspectiva de identificar com clareza as continuidades e rupturas na organização laboral e produtiva da agricultura.

As profundas transformações que vêm ocorrendo no campo possuem seu marco histórico na década de 1970. Tais transformações implicam a massiva modernização do campo, a sensível modificação das relações de trabalho e, sobretudo, os resultados que essas transformações acarretaram no modo de vida dos agricultores.

Na discussão sobre a modernização do campo, deve-se levar em conta o processo da modernização conservadora de 1970. O ponto de partida dessa discussão é o pós-guerra, início de 1950, momento em que se postulava que a indústria deveria liderar o processo de desenvolvimento econômico e que à agricultura cabiam os papéis de “financiar” o esforço de substituição de importações – fornecendo as receitas cambiais necessárias via exportação de produtos primários –, promover matérias-primas para a indústria nacional nascente e alimentar a crescente população urbana do País (Silva, 1999).

Naquele momento, a estagnação da produção agrícola, em especial para o mercado interno, era vista como um sério problema para o crescimento econômico. Diante dessa crise, nos anos 1960, segundo Silva (1999), os “setores progressistas” da burguesia

industrial chegaram a apoiar uma Reforma Agrária Camponesa, que não aconteceu. Esse apoio era motivado pela necessidade de ampliação do mercado interno para garantir o consumo de produtos das indústrias nascentes. A criação desse mercado interno se constituiu, portanto, a partir do rompimento do complexo rural e do simultâneo processo de industrialização.

Inicia-se a partir desse momento a industrialização da própria agricultura:

A estrutura e a evolução do setor rural na década de 1970 refletem de forma clara uma nova dinâmica do período recente: uma dinâmica que não pode mais ser apreendida a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira) nem a partir da segmentação do mercado interno versus externo. Trata-se, agora, de uma dinâmica conjunta do tripé “indústria para a agricultura – agroindústria”, que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação. É a fase da constituição dos complexos agroindustriais (CAIs). O conceito chave por trás desse novo quadro de desenvolvimento da agricultura é o da integração de capitais, isto é, o processo de centralização de capitais industriais, bancários, agrários etc., que, por sua vez, fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais) (Silva, 1999).

É esse então o quadro da modernização conservadora de 1970. Trata-se de um processo de modernização da base técnica da produção, que inclui a substituição de elementos produzidos pelo complexo rural por compras extrassetoriais (máquinas e insumos) e intrassetoriais (sementes, mudas, reprodutores animais etc.) Isso, ao mesmo tempo em que abre espaço para o desenvolvimento do mercado interno, gera também para a agricultura uma crescente dependência da compra de insumos e tudo mais que passou a ser obrigatório ao cultivo de qualquer espécie ou criação. Outra faceta importante desse processo é o deslanche da modernização, que depende da importação de elementos em sua nova fase técnica. Essas importações, dos chamados pacotes tecnológicos, configura de vez uma agricultura moderna, que contribui para o crescimento da produção e da produtividade (Silva, 1999).

Como exposto acima, a agricultura brasileira acelerou o processo de modernização na década de 1970. Entretanto, cabe também lembrar que essa modernização continuou parcial,

seja em termos de regiões e de tipos de produtores e/ou de produtos. E, mesmo quando ocorreu numa determinada região e tipo de produtor e/ou produto, a modernização nem sempre afetou globalmente todo o processo produtivo, tendo

se concentrado na fase do preparo do solo e dos tratos culturais, seja pela via de substituição de força humana e/ou manual pela mecânica – os tratores – seja pela via da introdução de insumos químicos – os fertilizantes e defensivos em geral (inseticidas, fungicidas e mais recentemente os herbicidas) (Silva, 1999).

Esse processo de modernização da base técnica da produção e de substituição de elementos do complexo rural depara-se com um conjunto de transformações tanto das relações de produção quanto das relações de trabalho no campo. O elemento-chave que funcionou como alavanca dessa aceleração e dessa transformação no processo de modernização, foi o crédito rural:

Montado em nível nacional em 1965, operacionalizado em 1967, o sistema de crédito rural para custeio e investimentos a juros subsidiados tornou-se inegavelmente, o agente catalisador, a condição necessária da modernização da agricultura. É certo que a política governamental [...] revelou os produtos ditos modernos (por utilizarem amplamente tecnologia de ponta) reduzindo seus custos de produção e contribuindo, assim, para a piora da rentabilidade relativa dos produtos tradicionais; e, que, acima de tudo, privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos. Mas isso significa simplesmente que, ao se aumentar o ritmo do processo de modernização da agricultura brasileira, aceleraram-se também a concentração fundiária, a proletarianização dos trabalhadores rurais, o êxodo do campo para a cidade etc., manifestações típicas de um processo de desenvolvimento capitalista no campo” (Silva, 1999).

A partir dessas informações, chegamos a uma questão central: o que realmente se modificou no processo produtivo da agricultura na área em estudo, rompendo, conseqüentemente, com a forma de organização mais tradicional?<sup>10</sup> Sobre o campesinato tradicional, trata-se de uma forma particular da agricultura familiar que possui especificidades quanto aos seus objetivos, suas experiências de sociabilidade e sua forma de sua inserção na sociedade global enquanto atividade econômica. É claro, porém, que estamos aqui delimitando uma forma particular da agricultura familiar que tem na sua atividade laboral uma forma de organização rural. O que não significa em sua totalidade uma sociedade camponesa, uma vez que rompeu com características específicas à essas sociedades. Essas especificidades, nos mostra Wanderley (2009), citando Henri Mendras (1976), que são importantes cinco traços característicos das sociedades camponesas: sua autonomia face à sociedade global, a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico e, principalmente, a função de mediadores decisivos entre a sociedade local e global.

---

<sup>10</sup> Nossa referência ao tradicional tem significado de antigo, de tradição. Para a agricultura, isto significa formas e técnicas tradicionais de plantio, envolvendo antigas técnicas do trabalho agrícola, como formas de aração e preparo da terra, produção de mudas pelo sistema de sementeiras e banco de mudas, sistemas de irrigação não elétricos e até mesmo preparos de adubos naturais, oriundos de material orgânico.

Simultâneos à modernização da agricultura e seus efeitos no campo, estudos sobre a existência do campesinato no Brasil eram feitos desde a década de 1960. De acordo com Martins (1983), as palavras campesinato e camponês passaram então a designar uma diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra, apresentando-se em diversas denominações como: parceiros, foreiros, arrendatários, moradores de condição, proprietários sitiantes, ocupantes, pequenos produtores etc. Além disso, nos estudos sobre campesinato, o fato de que se dependia econômica, política e ideologicamente da sociedade e se necessitava sempre de distingui-lo das duas classes sociais básicas da sociedade capitalista – a burguesia e o proletariado – foi por muito tempo temática obrigatória dentro deste debate, assim como a análise de sua inevitável decomposição para uma dessas classes sociais.

Podemos então agrupar em quatro tendências os estudos sobre o campesinato no Brasil a partir dos anos 1970, de acordo com Wanderley (1996). A primeira tendência tem como ponto de partida o sistema econômico camponês, dentro do qual o campesinato é visto como um modo específico de produção com suas próprias regras sociais e econômicas. Seus objetivos econômicos, experiências de sociabilidade e inserção na sociedade global são diferentes dos de outros segmentos da sociedade – como uma empresa capitalista, por exemplo.

A segunda tendência, segundo a autora, parte do conceito de sociedades camponesas. Os autores dentro dessa perspectiva ressaltam as particularidades sociais e culturais do campesinato, como os laços de solidariedade comunitários e um conjunto de regras coletivas próprias. O termo camponês nos remete, nessa perspectiva, a uma pequena comunidade, a um lugar de vida e de trabalho não totalmente isolado do resto da sociedade cuja reprodução econômica e social responde a um conjunto de regras no qual as ligações pessoais são determinantes.

A terceira tem como referência o termo *party society*, mas ainda é muito próxima da apresentada anteriormente. São consideradas sociedades parciais, como uma cultura parcial, devido a sua dinâmica de funcionamento em torno de um conjunto de normas próprias e específicas, mas integradas a uma dinâmica global da sociedade circundante.

Finalmente, a quarta tem como ponto de partida o lugar ocupado pelo campesinato dentro do modo de produção capitalista. Essa tendência é, contudo, dividida em duas análises. Uma delas prega não haver lugar para o campesinato no capitalismo, de onde se supõe a necessária decomposição do mesmo. A outra abordagem considera que o campesinato tem lugar no sistema, mesmo que como resquício. É a essa quarta elaboração,

entretanto, que devemos dar mais atenção para que possamos atingir nosso objetivo. Buscamos aqui entender o processo de penetração de relações capitalistas de produção no campo através de um processo de separação que se daria em três etapas. A primeira seria dada pela separação do camponês dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais, ou, em outras palavras, pela destruição da economia natural e a transformação do produtor em produtor individual. A segunda etapa seria gerada pela introdução da economia de mercado e a consequente separação entre indústria rural e a agricultura. A terceira consistiria na separação dos meios de produção do pequeno produtor mercantil, com sua consequente proletarianização e a implantação final das formas capitalistas de produção.

Nessa abordagem das relações de trabalho e de sua subordinação, toma-se inicialmente a discussão do campesinato no Brasil relacionando-se a sua origem. Aqui, ao contrário do que ocorreu na Europa, o trabalho camponês surgiu numa sociedade capitalista escravagista. Isso lhe confere características muito próprias, diferentes das do camponês europeu.

Alguns autores no Brasil, como Martins (1981) e Neves (2004), citam a apropriação camponesa da terra em estudos mais recentes, instituída pelo capital não só nos latifúndios cafeicultores, mas também através da oferta de parcelas, maiores ou menores, do território brasileiro aos colonos no sul do país. Em outras palavras, para esses autores, o capital permitiu que se formasse uma classe camponesa para atender às suas necessidades.

Partindo do exposto até agora, podemos dizer ser compreensível a existência do trabalho familiar e das formas de parceria numa produção de um modelo essencialmente capitalista se levarmos em conta que a continuidade dessas formas de organização do trabalho é de grande conveniência para a atividade produtiva como um todo. É, no entanto, importante para percebermos a lacuna entre o novo e velho, ou seja, o que se tem diferenciado na forma de organizar a produção e o trabalho na área em estudo. Para tanto, analisamos que o caminho mais evidente para demonstrar as rupturas do modo tradicional dos agricultores da região é partir de sua inserção no mercado e do modo como se dá essa relação.

Como o vemos, o agricultor está atualmente totalmente integrado ao mercado: ao mercado de trabalho, de terras, de produtos, insumos e financeiro. Esse processo de integração, entretanto, ocorreu de forma gradual. Nossas análises nos levam a perceber o papel que esses agricultores têm como negociantes de suas mercadorias além de

consumidores de mercadorias e serviços. O processo de inserção desse agricultor no mercado ocorre em seu grau máximo quando nos deparamos com um agricultor que deixa de produzir qualquer produto que seja para seu próprio consumo e passa a produzir exclusivamente para o mercado.

Essa situação acima citada é vista, na área em estudo, nos casos em que a propriedade ou parcela de terra onde desenvolvem algum tipo de parceria é demasiadamente pequena, o que obriga o agricultor a trabalhar apenas na produção sem possibilidade de acumular capital. O que vemos é, portanto, que na relação de parceria, organizada das mais diferentes formas em Sumidouro, acontece uma significativa transformação no modo de organizar e produzir, mesmo conservando, de certa forma, uma relação de trabalho tão antiga quanto esta.

Neste contexto, podemos afirmar que a agricultura familiar camponesa muda a natureza de sua organização, torna-se possuidora de características essencialmente comerciais, mesmo que baseada na mão de obra familiar. Ainda assim, as relações não são mais as mesmas –nem as relações comerciais nem as relações sociais permanecem após as mudanças.

Aqui, vemos também a transformação da racionalidade dos agricultores, que incorporam a racionalidade econômica capitalista, tanto na lógica da eficiência – qualidade dos produtos – quanto na lógica de otimização do tempo. Ou seja, o agricultor, na condição de parceiro, não tem mais autonomia no processo produtivo, além de não produzir para sua subsistência, necessita adequar-se a uma nova forma de pensar e organizar sua produção; ele pode ser considerado mera mão de obra. A situação fica ainda pior, é claro, para os parceiros, que são totalmente responsáveis pelo custo da mão de obra das etapas do processo produtivo. O agricultor proprietário das terras e do capital, por sua vez, não mais participa da produção, está inserido sim no processo produtivo, mas na organização da produção e do trabalho.

Não podemos, contudo, seguir nesta análise sem considerar os impactos ocorridos na agricultura e, mais diretamente, na vida desses agricultores a partir da incorporação dos pacotes tecnológicos. Um dos caminhos para a elaboração dessa consideração é por região, tipo de produto, impacto direto ou indireto, etc. Segundo as ideias de Silva (1999), o melhor caminho de análise se dá pelas formas de articulação da pequena produção com os setores capitalistas: “basicamente os grandes proprietários, agroindustriais, cooperativas e comerciantes”. Isso acontece porque, dada a posição que a pequena produção agrícola assume hoje no modo capitalista de produção, a modernização ou tecnificação representou

mais uma imposição do que uma oportunidade conquistada. Em sentido amplo, isso significou uma maior subordinação do pequeno produtor ao sistema, muito embora isso possa ter como resultado final tanto uma persistência da situação camponesa sob forma modernizada quanto um processo de decomposição ou de capitalização, a depender das particularidades com as quais foi redefinida sua articulação com o capital.

Neste momento, chegamos ao ponto mais importante: notamos que o processo de transformação mais recente na agricultura brasileira inclui mudanças referentes ao trabalho, sobretudo ao trabalho temporário. Essas mudanças recentes, mas acarretadas por um longo processo, demonstram a importância de uma análise mais profunda das relações de produção, que deve passar pelo avanço tecnológico, pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e sobretudo pelas relações de trabalho. Não se pode, porém, negligenciar nenhuma forma de contribuição teórica a esse debate. Sabe-se que as relações sociais no campo são cada vez mais complexas e se manifestam de formas cada vez mais diferenciadas. Entende-se, portanto, neste trabalho, que essas formas diferenciadas estão se transformando, se desenvolvendo e se modernizando, fazendo parte de um processo maior, que compreende o campo brasileiro como um todo.

Sabemos que a temática da modernização da agricultura e das mudanças nas áreas de estrutura fundiária fragmentada, como a que vamos apresentar mais adiante, já é frequentemente abordada pelas pesquisas sobre o mundo rural. No entanto, o presente trabalho traz no seu escopo uma preocupação de mostrar como esse processo modernizante acontece pontualmente no espaço, mais especificamente na Região Serrana do Rio de Janeiro. Para isso, vamos tomar como ponto de análise o modo como aconteceu a expansão da modernização e do que convencionamos chamar nesta pesquisa a substituição das técnicas tradicionais pelos pacotes da Revolução Verde.

Áreas onde existiam há trinta anos apenas atividades ditas tradicionais, como é o caso da Região Serrana do Rio de Janeiro, começam a passar por mudanças radicais em suas relações de produção. Destaca-se na região a substituição das atividades de cultivo tradicional – o conhecido cultivo de caixarias, como o plantio de inhame, mandioca e batata – pela prática da horticultura intensiva e modernizada, feita com a introdução de elementos modernos como uso de agrotóxicos, sementes industrializadas e adubos químicos no cultivo das hortaliças.

Essas atividades, segundo Del Grossi (2002), podem ser chamadas de novas atividades agropecuárias. Datam na verdade de séculos atrás, mas até meados dos anos de 1980 não tinham valor econômico de mercado e eram reconhecidas apenas como

atividades de “fundo de quintal” ou pequenos negócios agropecuários intensivos, como horticultura, floricultura e piscicultura. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo serviços pessoais e produtivos relativamente sofisticados e complexos, tornando-se importantes alternativas de emprego e renda no meio rural em anos mais recentes (Del Grossi, 2002)

A horticultura modernizada e nos moldes ditos convencionais caracteriza-se como uma atividade altamente intensiva de mão de obra. Isto decorre de ser quase sempre feita com base na agricultura familiar, exigir um trabalho intensivo no cuidado da horta com atividades feitas diariamente, como capinas, aplicação de agrotóxicos, irrigação da horta e colheitas. Não deixam de existir, porém, outras atividades, como a embalagem, a distribuição e a comercialização dos produtos. Por essa razão, embora a área total da horticultura seja pequena, pode-se dizer que corresponde a uma grande demanda de força de trabalho agrícola.

O expressivo crescimento dessa atividade é uma das respostas à grande expansão e diferenciação do mercado consumidor, explicada em grande medida pela ampliação de algumas redes de supermercados que, embora possam se autoabastecer de forma integrada, acabam por estabelecer parcerias com agricultores.<sup>11</sup> Essa relação direta dos agricultores com redes de supermercados acaba por determinar mudanças na forma de produzir e comercializar. Essas mudanças estão tanto na organização da produção – enquanto diferenciações no sistema de produção e diversificação dos produtos cultivados como uma forma de agregar valor a produção e para atender ao mercado – quanto nas mudanças que ocasionaram, portanto, na organização do trabalho.

Esse processo de transformação permitiu a recriação de atividades que eram antes reconhecidas apenas como *hobbies* de fundo de quintal, dando a elas nova roupagem e articulando-as a cadeias produtivas, criando novos espaços para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos que vão desde o produtor rural ao consumidor final. Cabe, contudo, salientar que falta ainda a análise de como se deu o processo *em si* de organização desse trabalho e de como estão hoje os agricultores envolvidos diretamente neste processo produtivo (Del Grossi & Silva, 2002).

Com essa transformação do meio rural, que inclui a apropriação pelo mercado das atividades agropecuárias antes consideradas sem valor, sucede não só a possibilidade de pequenos e grandes empreendimentos, mas também o fracasso e a falência de empreendimentos já existentes, ocasionando para muitos a perda do principal meio de

---

<sup>11</sup> Sobre esse aspecto, ver considerações de Moreira (1999).



produção: a terra. Isso acontece devido à necessidade dos agricultores, neste caso principalmente os pequenos, de se tornarem suficientemente competitivos no mercado. Para isso, precisam de uma grande quantidade de capital para investimentos em tecnologia.

Essa conjuntura sem dúvida interfere no modo como os agricultores organizam sua produção e seu trabalho. Seja como agricultores capitalizados e com terra dinamizando e inserindo-se no mercado, seja como agricultores descapitalizados e expropriados de sua terra tendo em busca de estratégias de acesso à terra para continuarem se reproduzindo enquanto agricultores. Assim, a modernização torna evidente seu efeito geral e potencializador de transformação nas relações sociais no meio rural, tanto na organização do trabalho quanto na organização da produção. Dentro desse contexto, compreendemos que a modernização interfere diretamente nas relações de produção, terminando por acarretar um conjunto de diferenciações da organização do trabalho e da produção.

Para tanto, nossa pesquisa privilegia a análise dessas transformações em um estudo de caso no município de Sumidouro, na Região Serrana do Rio de Janeiro – lugar reconhecido pelo título de maior produtor de olerícolas do estado e por significativa presença da relação de parceria como forma de organização do trabalho agrícola, quase sempre com base no trabalho familiar.

Contudo, precisamos ficar atentos às análises que seguem. A primeira, é certo que um processo de modernização tão complexo e tão impactante para a agricultura como um todo afetaria ao mesmo tempo o elemento essencial da organização desta atividade produtiva em diferentes escalas: o agricultor. Ele está claramente mobilizado em formas diversas de constituição. Entretanto, é claro também que as transformações desse agricultor se deram em tempos e espaços diversos e, principalmente, com peculiaridades relativas às atividades agrícolas, o que nos leva a uma segunda possibilidade. Veremos um arquétipo de sociedade que incorpora profundas transformações, tanto em sua forma de produzir quanto em suas relações sociais, constituindo uma forma social que ainda possui continuidades de uma forma tradicional, mas que já rompeu com padrões elementares de sua constituição no tempo. Isso nos leva a uma agricultura familiar moderna e que difere da forma anterior principalmente na especificidade do objetivo de sua produção, como bem sinalizou bem Mendras (1976). O objetivo dessa atividade é a organização do trabalho e da produção voltados para o mercado e sua inserção nele de forma exclusiva. É, portanto, essa representação da agricultura familiar de que falaremos adiante que compõe concomitantemente elementos de ruptura e de continuidade com o tradicional.

Nesse sentido, cabe destacar a relação de parceria como objeto essencial às nossas reflexões, já que se trata da relação mais utilizada como forma de acessar a terra por parte dos agricultores sem terra e como forma de organização do trabalho por parte dos agricultores capitalizados e possuidores de terra. No entanto, cabe mencionar que a parceria não é um resultado direto das transformações ocorridas em Sumidouro a partir do processo de modernização, uma vez que esse tipo de relação existe há mais tempo que a própria modernização agrícola do município. Ela é na verdade uma consequência da inserção e adoção da horticultura como principal atividade produtiva. Contudo, a importância dessa relação se faz no significado que possui para o atual estágio de organização da produção e para as formas de organização do trabalho lá existentes.

A atenção a esse processo de modernização se faz necessária, pois pode ocorrer simultaneamente a expropriação dos agricultores parceiros e de suas famílias, que foram e são aos poucos submetidos à condição de agricultores sem terra e se veem forçados a encontrar alternativas de permanência no campo para garantir sua reprodução ainda com o trabalho agrícola e com base no acesso a terra.

A análise do município de Sumidouro é uma tentativa de entender a complexidade das formas de organização da produção, feita quase sempre com base familiar, e dos processos sociais que as engendraram. Tratamos de famílias de agricultores com condições precárias de acesso a terra, que desenvolvem com seus patrões, proprietários de terra, a relação de parceria. Essa relação de trabalho e o modo como ocorreu um possível processo de perda das terras dessas famílias ao longo da modernização as colocam na condição de subordinados ao trabalho. Tentamos então entender melhor os elementos de continuidade e ruptura do processo recente de modernização que ora se apresenta na área em estudo.

## **2.2 – A organização da produção e do trabalho no município de Sumidouro.**

O município de Sumidouro apresenta uma certa discrepância em relação a outros municípios da serra fluminense, pois possui uma produção muito especializada, em folhas basicamente e, portanto, mais tecnificada, já que este tipo de produção exige insumos, agrotóxicos e sementes de alta tecnologia. Sumidouro representa a cara moderna da região (ver fotografias 8 e 9). Nesse sentido, vemos que a expansão da modernização e a intensificação das lavouras modernas ocorrem na região no fim da década de 1970 e o início da de 1980 vão apontar para um novo momento na evolução da economia, marcado por profundas transformações da estrutura produtiva, desde uma ligação mais íntima da

agricultura com o capital industrial até a transformação dos mecanismos de comercialização.



**Fotografia 8** – Vista panorâmica do distrito de Soledade, a “cara de moderna” do município de Sumidouro. Sumidouro, 2005.

**Fonte** – Fotografia feita em campo por Daniela Egger, maio de 2005.



**Fotografia 9** – Vista panorâmica do distrito de Soledade.

Mesmo lugar da fotografia 8, município de Sumidouro. Sumidouro, 2009.

**Fonte** – Fotografia feita em campo por Daniela Egger, abril de 2009.

As grandes transformações por que passa a estrutura produtiva da horticultura como um todo ocorreram também nessa época. Foram induzidas pela expansão metropolitana do Rio de Janeiro, que, dentre outros aspectos, revela-se na forte ampliação do mercado consumidor. Seus reflexos podem ser vistos em Sumidouro no asfaltamento das principais estradas, mas principalmente na eletrificação rural. Houve, assim, mudanças radicais no sistema agrícola, nas relações de trabalho e nos mecanismos de comercialização, como podemos observar pela incorporação de elementos modernos (ver fotografias 10 e 11). Do ponto de vista tecnológico, aumentou consideravelmente a área cultivada com hortaliças, cuja produção se vê facilitada pela progressiva aplicação de insumos industriais decorrente do desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, os mecanismos de comercialização, fortemente orientados no sentido da concentração (CEASAs, por exemplo) são coerentes com a modernização das rodovias de acesso à

capital, que favorecem o escoamento das mercadorias.



**Fotografia 10** – Motobomba elétrica, um dos instrumentos modernos utilizados na irrigação das lavouras. É uma das representações da expansão da modernização em um lugar que há pelo menos dez anos utilizava-se de métodos muito mais rudimentares, como a rega. Soledade - Sumidouro, 2005.

**Fonte** – Fotografia feita em campo por Daniela Egger, maio de 2005.



**Fotografia 11** – Lata de sementes peletizadas. Mais um exemplo de modernidade e tecnificação na agricultura de Soledade. Sumidouro, 2005.

**Fonte** – Fotografia feita em campo por Daniela Egger, maio de 2005.

Segundo alguns dos agricultores do município, há mais ou menos 15 anos o aumento do cultivo de folhas vem atingindo tal proporção que ocorre, ao longo do tempo, o deslocamento espacial das culturas. Isso chama atenção para a forte expansão da horticultura em áreas de topografia colinosa, que não se tornou fator limitante para essa atividade, sendo a irrigação possibilitada pelo uso de motobombas elétricas. Além disso, dentre os impactos ambientais que afetaram visivelmente esse espaço, é de se destacar o desmatamento – que deixou apenas restos da mata original, manchas de matas secundárias e capoeiras –, bem como o uso continuado do solo para roças e pastagens – traduzido em seu empobrecimento e compactação. O desequilíbrio ecológico resultante desse processo se manifesta, afora o que já considerado, na necessidade do uso intensivo de agrotóxicos. Esse uso acaba por ser inerente à chamada agricultura moderna/convencional resultante do processo de modernização tecnológica conhecido como Revolução Verde.

É importante ressaltar que a utilização de agrotóxicos na produção das hortaliças ocorre indiscriminadamente e de maneira bastante perigosa. Durante algumas entrevistas em atividades de campo, pude presenciar a maneira como são armazenados

inapropriadamente, dentro das casas dos agricultores ou até mesmo embaixo das camas onde dormem as crianças da família. O desconhecimento a respeito da periculosidade do manuseio desse tipo de substância também é cotidiana no universo desses agricultores. O uso dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), que deveriam ser obrigatórios, não foi nunca observado por mim durante quatro anos de trabalho na região.

Cabe lembrar uma ocasião de três anos atrás, quando, durante uma entrevista, um agricultor de dezessete anos passou mal e interrompemos a entrevista. Soube, um ano depois, que este jovem agricultor havia falecido por motivo de envenenamento. Vale ainda ressaltar que, durante a última ida a campo em junho do ano passado, chamou a atenção uma declaração de uma médica de família falando do aumento da quantidade de abortos, de crianças com problemas graves de visão e, principalmente, pessoas com problemas de pele, como feridas e irritações. Segundo a médica, esses aumentos de problemas de saúde podem estar diretamente ligados à utilização e ao contato com os agrotóxicos.

É interessante considerar a opinião de um agricultor a respeito do uso de agrotóxicos na cultura do tomate: “Aí é mais pesado. Não adianta enganar. A pessoa que trabalha com isso já está acostumada com o cheiro. Tem um veneno que eu sempre cheirei, que é o Tamaron. Só tem ele que eu sinto cheiro, mas também não é aquele cheiro de matar”. (Marco Aurélio, Sumidouro, maio 2005) Na consideração de um outro agricultor: “dos agrotóxicos usados, ainda se encontram os clorados. Usa-se indiscriminadamente os organofosforados, que são muito perigosos. Eles devem ser usados somente no solo e com uma carência de 120 dias”. (Orlando, Sumidouro, maio 2005) Outro diz:

Eu não sou contra o uso do defensivo, eu sou contra o jeito que ele é usado. Tem cara que faz um coquetel de produtos, é um negócio que não tem controle. O que eu procuro: vamos usar os produtos da maneira certa, vamos fazer as alterações certas. Vamos usar o agrotóxico, mas vamos usar com mais consciência. No caso da agricultura orgânica, é bom. Se eu tivesse mercado, eu até me comprometeria em tentar botar orgânico. (Augusto Souza, maio de 2005)

Ainda que a maioria dos agricultores entrevistados declararem que o uso dos agrotóxicos deve ser moderado ou controlado, as observações de campo contradizem frontalmente tais afirmações. Além do mais, contrariando a lei, o contrato de parceria estabelece que a responsabilidade sobre o uso de agrotóxicos cabe ao “outorgado”. (Ver cláusula 7ª do Contrato de Parceria. Anexo I)

Outro problema ligado aos agrotóxicos é o descarte dos diversos tipos de embalagem. Os produtores sequer mencionam algum cuidado a esse respeito, colocando as embalagens em lixo comum. O controle necessário da devolução das embalagens vazias

significaria evitar que as mesmas fiquem jogadas no solo ou nos rios, provocando ainda maiores danos ambientais. Igualmente necessária é a restrição do uso indiscriminado dos agrotóxicos, como vem acontecendo. No entanto, um produtor que já foi multado fala que “não acontece muita fiscalização com agrotóxicos. O que há é fiscal do IBAMA para os produtores que estão derrubando capoeiras” (Orlando, Sumidouro, maio 2005). A lei federal nº 7.802/1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, apesar de bastante rigorosa, praticamente não é cumprida.

Esses fatos, que estão correlacionados a uma valorização muito forte da horticultura, configuram a face atual da expansão. A esse respeito, comenta Garcia:

A região Metropolitana do Rio de Janeiro é o segundo mercado consumidor do Brasil, sendo que, somente no caso da olericultura, a produção estadual consegue abastecê-lo em quase sua totalidade, praticamente não necessitando de importação de outros estados brasileiros. Na maioria dos casos, a produção agropecuária estadual não consegue abastecer sequer 50% do mercado local.

[...]

Não é somente por sua dimensão, porém, que o mercado metropolitano pode ser um importante elemento dinamizador da produção agropecuária do estado, mas também por este ser apontado como um dos mais sofisticados do Brasil, onde podemos verificar a existência de um amplo segmento de serviços ligados à área de alimentação, que trabalham com cardápios diversificados incorporando desde produtos agropecuários tradicionais ou produzidos por métodos tradicionais, até produtos que se direcionam a nichos de mercados de alta renda (Garcia, 1998, p. 93).

Mesmo com essa ampliação e valorização do mercado, percebe-se que nos últimos anos o custo da produção vem aumentando enquanto se assiste, na esfera da comercialização, a uma progressiva desvalorização dos produtos. Resulta que o agricultor tem que produzir muito mais para conseguir um lucro razoável. Em outras palavras, aumenta significativamente o preço de venda e, assim, e ainda o custo da produção torna-se cada vez maior, ele deverá aumentar a produtividade e o rendimento por hectare através da tecnificação. Se a tecnificação aumenta, aumenta também a produtividade, no entanto, aumentam os custos da produção, podemos pensar, então, num círculo vicioso onde a elevação do volume da produção se dá por conta do aumento da produtividade, que, por sua vez, eleva os custos de produção e os preços do produto continuam caindo, fazendo

com que o lucro diminua respectivamente ao aumento da produção, ao invés de aumentar. Tratamos de uma constante desvalorização do produto e do trabalho.

As transformações da estrutura produtiva na horticultura em Sumidouro também se materializam na paisagem, revelando deslocamentos espaciais das culturas ao longo do tempo conforme a topografia. Com a modernização em Sumidouro, apesar de se ter notícia da curta história do cultivo do café e da pecuária, a alternativa para os agricultores foi o investimento na horticultura, que passou a acontecer de forma mais intensa há pouco mais de quinze anos, como alternativa para a produção agrícola no município e ainda por influência do mercado de outros municípios da região como Friburgo e Teresópolis com certa tradição no cultivo de folhas.

Chegamos, assim, a uma questão ligada à natureza do desenvolvimento capitalista. O capital, aqui também entendido como relação social, à medida que se moderniza e desenvolve, tende a um aumento da exploração do trabalhador. Na situação específica que vemos, uma área periférica do município se desenvolveu, tecnificou e modernizou. Os pequenos agricultores, por conta do caráter das relações de trabalho e de sua inserção numa agricultura modernizada, são explorados de maneira aviltante.

Em Sumidouro, as relações sociais de produção configuram atualmente um cenário marcado por forte exploração da mão de obra. Essa produção se vincula a uma horticultura que evoluiu com a expansão do mercado, ficando evidente a importância do fator da posição geográfica. Como a área é fortemente influenciada pela proximidade da metrópole do Rio de Janeiro, a horticultura, em grande medida, representa uma resposta traduzida na modernização, atendendo às exigências, em quantidade e variedade, de um mercado consumidor cada vez maior e mais sofisticado.

Assiste-se à reprodução dessa força de trabalho de acordo com as necessidades de cada época. O parceiro constitui a atual configuração das relações de trabalho nesse espaço, onde sempre estiveram subordinados: inicialmente ao proprietário das terras, atualmente ao capital comercial e industrial. Apesar de não possuir os meios de produção e capital, se moderniza na condição de parceiro, inserindo-se na economia de mercado através do patrão.

Atualmente, a produção vincula-se a uma horticultura bastante modernizada e a uma policultura comercial, que, apesar da tecnificação, se dá em diferentes níveis e continua se apoiando num sistema agrícola também intensivo de trabalho. Muitas tarefas, como o plantio, a colheita e a capina, não são mecanizadas. Não é, portanto, por outro

motivo que se mantém na área numerosa mão de obra, utilizada tanto nas fases iniciais de produção quanto nas mais posteriores, como a comercialização.

Verificamos, no entanto, que alguns agricultores dispõem de terra, mas, descapitalizados, não conseguem manter uma lavoura com os requisitos que ela tem hoje, como motobomba, aspersores, tratores, “defensivos” e herbicidas – os agrotóxicos –, adubos químicos, esterco de galinha etc. Acabam por arrendar suas terras e trabalhar com suas famílias como parceiros em outras propriedades. Quando vão à falência, acabam por perder suas pequenas propriedades, quase sempre o que acontece é a perda das terras. Além disso, é histórico o grande número de trabalhadores sem terra, principalmente na condição de parceiros, moradores das terras dos patrões e, como trabalhadores assalariados, que buscam nesta forma de trabalho garantir seu acesso à terra. A respeito desses agricultores, constatamos a sucessão de gerações de patrões e parceiros, que representam boa parte da mão de obra rural do município. No entanto, a experiência de campo leva a crer que as relações de trabalho se dão de forma muito mais numerosa e complexa.

O histórico de ocupação e as transformações das relações de produção em Sumidouro, a substituição das atividades tradicionais pela horticultura, nos remetem à existência de três momentos do processo de expansão da modernização: (i) antes da década de 1970, quando a chamada economia de mercado não tinha a amplitude que tem hoje, as cidades não eram tão grandes e os mercados urbanos não eram tão importantes; por outro lado, (ii) mais recentemente, a partir da década de 1980, as cadeias de comercialização não mostravam a forte concentração e era bem menor a participação da população rural na circulação do dinheiro; (iii) e por ultimo, por volta de 1990, quando se expande significativamente a modernização, chegam às áreas rurais grandes indústrias e suas representantes de herbicidas, sementes e etc, além da entrada significativa de investimentos de bancos e financeiras além das agências de fomento do Estado.

A população deste município aumentou pouco ao longo dos anos, mas o mercado de trabalho ampliou-se em razão do crescimento da horticultura (ver tabela 1). A maior necessidade de mão de obra promove, assim, a fixação dos habitantes na zona rural. É sintomático que alguns proprietários estejam trazendo de outros municípios do estado do Rio de Janeiro mão de obra destinada ao trabalho agrícola. Sobre a evolução da população, podemos ainda concluir que, embora com um aumento gradual, constitui característica diversificada em relação ao padrão das demais zonas rurais do país. Sua população manteve-se predominantemente rural (Ver tabelas 2 e 3).



**TABELA 1****Tabela 1** –População residente em dados absolutos por situação de domicílio no período 1940-2000.

MUNICÍPIO	1940			1950			1960			1970		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Sumidouro	9.255	574	8.681	9.130	662	8.468	10.653	1.054	9.599	11.003	1.316	9.687
	1980			1991			1996			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
	11.395	1.411	9.984	12.977	2.011	10.966	13.373	2.060	11.313	14.176	2.334	11.842

**Fonte** – IBGE - Censos Demográficos 1940 - 2000; Sinopse preliminar de 1960 e Contagem da População de 1996.

**TABELA 2****Tabela 2** – População residente por situação de domicílio em dados relativos no período 1940-2000.

MUNICÍPIO								
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Sumidouro	6.20	93.80	7.25	92.75	9.89	90.11	11.96	88.04
	1980		1991		1996		2000	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	12.38	87.62	15.50	84.50	15.40	84.60	16.46	83.54

**Fonte** – IBGE - Censos Demográficos: 1940 - 2000; Sinopse preliminar de 1960 e Contagem da População de 1996.

**TABELA 3****Tabela 3** – População residente no país, estado, região e município segundo situação de domicílio em 2000.

País, Estado Região e Município	População residente, segundo situação de domicílio em 2000		
	Total	Urbana	Rural
Brasil	169 799 170	137 953 959	31 845 211
Estado (RJ)	14 391 282	13 821 466	569 816
Região Serrana	443 896	394 876	49 020
Sumidouro	14 176	2 334	11 842

**Fonte** – IBGE/SIDRA – Censo Demográfico 2000. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

A respeito deste período das cadeias de comercialização, podemos evidenciar como principal atividade produtiva o mercado de hortifrutigranjeiros. A produção de olerícolas, por exemplo, representa na Região Serrana boa parte do volume da produção da Região Sudeste. Cerca de 25%<sup>12</sup> da produção de olerícolas do estado do Rio de Janeiro vem de Sumidouro. O município, segundo os moradores da região e o coordenador da Ceasa de Nova Friburgo, destaca-se como o maior produtor de olerícolas do estado. Vale destacar que a agricultura apresenta elevados índices de produtividade, como também representa grande parte do PIB Municipal,<sup>13</sup> gerando mais recursos e ocupando mão de obra.

As relações de interdependência entre o rural e o urbano são facilmente identificadas, já que seu principal aglomerado urbano, a localidade Centro, não

<sup>12</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br/municipios>

<sup>13</sup> Disponível em <http://www.ibge.gov.br/municipios>

corresponde sequer à metade da população municipal. Isso demonstra a importância das atividades rurais no total de divisas gerado pelo PIB municipal.

A horticultura modernizada e convencional, nos moldes da modernização agrícola, adota a modificação da base técnica da produção. Nela, os agricultores substituem os elementos naturais da produção por elementos industrializados, procurando cada vez mais aumentar a produtividade. (Silva, 1999) Esse cenário é observado em toda a região, e pode ser comprovado pela substituição dos produtos tradicionais de caixarias – mandioca e batata-doce – por produtos mais modernos (olerícolas) na grande maioria dos estabelecimentos. Os próprios agricultores do município afirmam esta substituição.

Sumidouro é responsável por boa parte do abastecimento de hortaliças à região metropolitana do Rio de Janeiro. Nas estatísticas oficiais, mesmo com o título de maior produtor de olerícolas do estado, tem ainda boa parte de sua produção escoada pelo Mercado Do Produtor de Água Quente, em Teresópolis. Isso significa que, mesmo com parte do volume de sua produção contabilizada em outro município, tem ainda significativa participação no abastecimento da região metropolitana e na produção de olerícolas no estado.

Ao contrário dos demais municípios da Região Serrana, Sumidouro não sofreu grande êxodo com o declínio da cafeicultura. A população rural, de 84% do total municipal, dedicou-se às lavouras tradicionais algumas atividades de pecuária pouco expressivas e, posteriormente, à horticultura mais modernizada. Nesse ponto, deve-se levar em consideração que a agricultura modernizada convive com uma agricultura mais tradicional, quase sempre desenvolvida em fundos de quintais ou áreas impróprias para o cultivo hortaliças, mas sem grande representatividade na atividade econômica agrícola do município. Podemos observar isto durante os trabalhos de campo e confirmamos também com os agricultores locais.

Com a atual expansão da modernização e a transformação da atividade produtiva, a atividade agrícola em Sumidouro é basicamente de cultivo temporário, especializada em folhas, principalmente alfaces. Segundo agricultores e moradores do município, esse cultivo começou há aproximadamente quinze anos, possibilitado pelo acesso aos meios tecnológicos para esse tipo de cultura. O dado de utilização de terras com lavouras temporárias, segundo a condição do produtor parceiro – que é a maioria em Sumidouro – demonstra mais da metade das terras (66%) é utilizada como lavoura temporária (ver tabela 4). Cabe considerar que a participação de grupos em áreas com menos de 10 hectares chega a 70% no percentual total do município, o que confere um

caráter predominante de pequenas propriedades e à agricultura familiar, como mencionado anteriormente (ver tabela 5).

**TABELA 4**

**Tabela 4** – Condição do produtor segundo estado, mesorregião e município no Rio de Janeiro.

Proprietário Estado, Mesorregião e Município		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Estado 42 228	2 247 064	2 270	97 183	6 608	35 436	2 574	36 621
Serrana 1 647	35 234	145	940	1 960	2 443	221	753
Sumidouro 817	20 153	116	1 740	540	1 951	34	392

**Fonte** – IBGE - Censo Agropecuário de 2004.

**TABELA 5**

**Tabela 5**– Estabelecimentos por grupo de área total segundo estado, mesorregiões e municípios no Rio de Janeiro.

Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha). Estado, Mesorregiões e Município						
Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Estado 28 439	20 005	2 738	1 802	623	48	25
Serrana 3 494	412	32	26	9	-	-
Sumidouro 1 039	421	37	8	2	-	-

**Fonte** – IBGE - Censo Agropecuário de 2004.

A horticultura modernizada e convencional se caracteriza, no município, como uma atividade intensiva de mão de obra e de capital. Baseia-se quase sempre no trabalho familiar e exige um trabalho intensivo no cuidado da plantação, com atividades diárias como capinas, aplicações de agrotóxicos, irrigações e colheitas. Essas atividades são feitas diretamente pelo agricultor com a ajuda de alguns membros da família, sem excluírem, contudo, atividades como a embalagem, a distribuição e a comercialização dos produtos, que utiliza mão de obra assalariada e não familiar. Trata-se de uma atividade também intensiva de capital, devido ao investimento necessário em sementes, agrotóxicos, herbicidas, irrigação, dentre outros.

As relações de trabalho assumem um caráter altamente complexo e diferenciado – uma característica que não pode ser negligenciada. Existem exemplos como o de um produtor do distrito, um dos maiores proprietário de terras, dono da empresa Delícias do Campo, que fornece para supermercados da rede Zona Sul do Rio de Janeiro. Contou ele

em uma entrevista que trabalha com uma média de 60 famílias de parceiros, que ele chamou de meeiros, trabalhando e vivendo em sua propriedade. Em suas palavras:

essas famílias são só na roça, fora os empregados que eu tenho na empresa, que embalam e preparam as mercadorias para serem entregues nos mercados, que eu pago salário fixo e alguns que são diaristas na empresas, outros que são diaristas na roça. Ainda tem os que são motoristas de caminhão, que eu tenho quatro que fazem entrega todo dia no Rio. Esses trabalham comigo de carteira assinada na Delícias do Campo (Orlando, Sumidouro, 2005).

Hoje considerado como um dos maiores produtores de olerícolas do estado,<sup>14</sup> Sumidouro é responsável por boa parte do abastecimento de hortaliças à região metropolitana do Rio de Janeiro. Nas estatísticas oficiais, mesmo com o título de maior produtor de olerícolas do estado, o município perde boa parte de sua produção por não ter uma Ceasa ou um “mercado do produtor”. Escoa sua produção em um mercado mais próximo, que é o mercado de Água Quente, em Teresópolis.

A falta de um mercado do produtor em Sumidouro traz sérios problemas ao município. Primeiro, pela perda econômica, já que sua produção fica somada ao montante do município de Teresópolis. Os dados de entrada e saída ficam registrados como se fossem produzidos em Teresópolis e não no município de origem, o que significa que a produção do município é bem maior do que a contabilizada. Muitos produtores da região reclamam, dizendo que o município acaba perdendo o título de produtor. Outro problema é que, além de não ter um mercado, vende sua produção em um mercado particular, sem vínculo com a Ceasa do Governo do Estado. Isso permite que o dono do mercado estabeleça o preço das mercadorias, que acaba quase sempre inferior aos preços regulamentados pela Ceasa. Os produtores que vendem nesse mercado acabam levando prejuízo em relação aos que vendem em mercados vinculados a Ceasa. A estrutura do mercado no sistema de compra e venda é bem parecida com a da Ceasa, com a diferença de que não há nenhum tipo de fiscalização, deixando o mercado livre para a ação dos atravessadores e dos atacadistas. É dessa maneira que perdem os produtores de Sumidouro e de outras regiões, pois são quase sempre pequenos produtores que não possuem condições de arcar com as despesas de mandar seus produtos para a Ceasa de Irajá ou até mesmo a de Conquista em Nova Friburgo. Existem em Sumidouro alguns produtores que vendem seus produtos em Irajá, mas a grande maioria é de pequenos produtores.

---

<sup>14</sup> Fonte: IBGE-Cidades/ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidades>

Boa parte das atividades econômicas de Sumidouro está relacionada com a agropecuária. Quando não estão envolvidos com o gado de leite, hoje pouco expressivo na região, estão envolvidos com as lavouras. No entanto, o município tem um passado cafeeiro sem grandes fazendas e grandes produtores de café. Ao contrário do que aconteceu em outras zonas cafeeiras, Sumidouro não sofreu grande êxodo com o declínio da cafeicultura. A população dedicou-se sobretudo à pecuária, a lavouras tradicionais e, posteriormente, à horticultura mais modernizada.

Muitos moradores e produtores afirmam que o município dedicou-se às atividades de pecuária, gado de leite e de corte após a derrocada do café. Contam que acabaram por substituir a atividade cafeeira pela pecuária. Uma das comprovações dessa atividade é a cooperativa de leite que fica no distrito sede do município. No entanto, mesmo com a cooperativa de leite, os produtores explicam que, com o passar do tempo, foi ficando cada vez mais difícil lidar apenas com o gado – principalmente para o pequeno produtor. Esses acabaram condenados à alternativa das lavouras, por serem bem mais baratas do que a lida com o gado. Nessas lavouras, chamadas lavoura de caixarias, eram cultivados basicamente produtos como mandioca e batata-doce.

Hoje, a conformação da atividade agropecuária em Sumidouro é basicamente o cultivo temporário. A percentagem de 30% das lavouras temporárias demonstra a importância do município no conjunto da região, e de 1,6% na participação do conjunto do estado (ver tabelas 6 e 7).

Mesmo tendo relações com o cultivo do café e com a criação de gado, não é um município de grandes propriedades. Possui uma minoria de pequenos proprietários e uma grande população de trabalhadores sem terra – quase sempre meeiros, parceiros, arrendatários e diaristas. Esses trabalhadores são em grande parte do próprio município, mas não deixa de existir uma parcela de trabalhadores que migram de regiões próximas em busca de trabalho e terra mais baratas.

Essa é a atual configuração do município de Sumidouro: um lugar onde é predominante a pequena produção, na mão de famílias de trabalhadores sem terra, que se utilizam do sistema de meação, arrendamento e parceria como uma forma de acesso a terra.

**TABELA 6****Tabela 6** – Utilização das terras, segundo estado, mesorregião e município - Rio de Janeiro.

Estado, Mesorregião e Municípios	Área total (ha)	Utilização das terras em 2004 (ha)			
		Lavouras permanentes e temporárias	Pastagens naturais e artificiais	Matas naturais e plantadas	Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas
Estado	2 416 305	337 241	1 545 123	348 987	77 492
Serrana	39 370	<b>17 318</b>	14 390	10 596	2 722
Sumidouro	24 235	<b>5 643</b>	13 068	3 727	1 037

**Fonte** – IBGE – Censo Agropecuário – 2004.**TABELA 7****Tabela 7** – Utilização de terras segundo a região serrana e o município, em 2004.

Município	Total	Utilização de Terras							Terras Inaproveitáveis (%)
	Área	Lavouras (%)		Pastagens (%)		Matas e Florestas (%)		Terras produtivas não utilizadas	
		Permanentes	Temporárias	Naturais	Artificiais	Naturais	Plantadas		
Região Serrana	372.226	2,61	10,62	40,70	20,33	16,86	1,49	2,14	5,21
Sumidouro	24.235	3,79	32,58	41,64	12,27	14,97	0,40	1,11	3,13

**Fonte** – IBGE – Censo Agropecuário – 2004.

### 2.2.1 – “Reforma agrária natural”: a história do desmembramento da propriedade.

Não foram poucas as vezes em que, durante os trabalhos de campo e as entrevistas com agricultores e técnicos da Emater, ao indagar sobre dados da estrutura fundiária do município, ouvimos a seguinte resposta: “aqui aconteceu uma reforma agrária natural”. Diante desse panorama, resolvemos dar um pouco de atenção à atual configuração da ocupação do município em relação com sua evolução.

Sabemos que o núcleo inicial de colonização de Sumidouro data de cerca de 1822, ligado primeiramente à passagem de uma ferrovia, mas principalmente ao ciclo do café, que teve no município grande impacto. Embora a história da atividade cafeeira no município seja designada por muitos autores como curta, as origens da fragmentação da terra no município podem ser a partir daí encontradas.

As sedes das antigas fazendas de café ainda existem na região. Algumas estão em total situação de abandono, outras em melhor estado. Nenhuma delas, contudo, continua sendo sede de fazenda de produção. Quase todas são utilizadas como áreas de veraneio pelas famílias herdeiras das propriedades. As terras que pertenciam a essas fazendas, entretanto, segundo os próprios herdeiros, foram vendidas. Essa fragmentação das fazendas começa logo com o período do declínio do café posteriormente se intensifica ainda mais.

Atualmente, segundo Stotz (2007)

quem percorre o município de Sumidouro no sentido Teresópolis-Além Paraíba, percebe, de imediato, ao cruzar as áreas geomorfológicas da Região Serrana e do Vale do Paraíba, uma vasta exploração agrícola e, nela, os sinais de uma estrutura agrária baseada na pequena propriedade.

Verificamos ainda que mais dados a respeito da estrutura fundiária do município são pouco encontrados. Nossas análises, portanto, da situação atual da terra e do que se chama de “reforma agrária natural” foram feitas de acordo com entrevistas declarações que se repetiam sempre que se perguntava sobre a situação da terra ou a estrutura fundiária do município.

As palavras de um agrônomo da Emater da seção local de Sumidouro, que também nasceu na região, ilustram bem esse fato. Quando indagado sobre a estrutura fundiária do município, afirma: “aqui em Sumidouro a gente pode dizer que aconteceu uma “reforma agrária natural”. As terras aqui foram sendo divididas, principalmente por herança (Técnico da EMATER, Sumidouro, depoimento cedido a Daniela Egger em campo, Sumidouro, 2009).

Cabe ressaltar que, embora as terras possam ter sido fragmentadas por situações de transferência por herança, não se trata de uma única causa, e muito menos de uma causa natural. Para nós, é de extrema importância destacar que a fragmentação da propriedade em Sumidouro, significa menos uma causa do que uma consequência do intenso processo de expansão da agricultura, de sua modernização, de seus mecanismos comerciais – como o mercado de terras. Consequência da expansão de uma agricultura cada vez mais inserida no mercado e perpetradora de uma lógica espacial de compartimentação da terra que deve ser destacada de modo a permitir a consideração de alternativas.

A intensificação do uso da terra para a olericultura a partir de 1970 e, em Sumidouro, mais fortemente nas décadas seguintes, é significativa quando analisada a partir da fragmentação da terra. Na compilação dos dados do Censo Agropecuário de

1995-1996, podemos ver que as áreas de terra dedicadas às lavouras temporárias da olericultura chegam a quase 100% do total. Quando examinamos a condição do produtor (proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante) ao longo do período estudado, encontramos no mesmo Censo as seguintes formas de apropriação nos 1.577 estabelecimentos registrados pelo Censo agropecuário de 2004 (ver tabelas 8 e 9).

Pudemos constatar que, na classe dos proprietários, 49% dos estabelecimentos estavam em áreas de até 10 hectares. Dos 600 estabelecimentos com terras em parceria, o maior número (453) se concentrava em áreas de menos de 5 hectares, representando 75,5% do total dessa classe. Um registro feito pelo escritório local da Emater-RJ aponta, dez anos depois, uma estrutura em que a “minifundiarização” – ou, como ele preferiu chamar, a “reforma agrária natural” – se aprofundou simultaneamente ao aumento do número de grandes proprietários.

**TABELA 8**

**Tabela 8** – Utilização de terras segundo estado, mesorregião e município 2004.

Estado, Mesoregião e Município	Permanentes	Temporárias	Temporárias em descanso
Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Estado	78 758	258 483	5393
Região Serrana	6736	26778	1241
Sumidouro	919	4724	175

**Fonte** – IBGE – Censo Agropecuário – 2004.

**TABELA 9**

**Tabela 9** – Estabelecimentos segundo a condição do produtor em Sumidouro, 2004.

Condição do produtor	Valor absoluto	Valor relativo
Proprietários	800	50,1
Arrendatários	137	8,5
Parceiros	600	37,6
Ocupantes	40	3,8
Total	<b>1577</b>	100 %

**Fonte** – IBGE – Censo Agropecuário – 2004.

Para compreendermos o nível de fragmentação da estrutura fundiária e seu significado socioeconômico para o município, precisamos dispor de dados relativos ao uso da terra e à remuneração dos agricultores. Em Sumidouro, o parcelamento da terra – a maior parte das propriedades tem entre 1 e 10 hectares – não chegaria a ser um problema em si, pois em 1,5 hectares plantados com tomate, pepino, jiló e abobrinha, o agricultor



garantiria a subsistência de sua família, prevenindo-se contra oscilações de preços através da diversificação das culturas, que lhe garantiria um rendimento médio constante. Porém, se a olericultura permite o cultivo anual, há de se ter em mente pelo menos dois aspectos: se de um lado o uso intensivo tende a esgotar o solo – o que justifica a importância da adubação e do uso de agrotóxicos e, logo, maiores gastos com insumos –, por outro, trata-se de um segmento de atividade econômica caracterizado pela concorrência.

Para nós, a fragmentação da terra e a importância econômica e social da parceria merecem alguns comentários adicionais. De acordo com o entrevistado Manoel Antonio Soares da Cunha (Técnico EMATER, Sumidouro, 2009), a parceria na região fluminense do Vale do Paraíba desenvolve-se a partir do desaparecimento do café nos anos 1950. O antigo colono toma conta da mesma gleba, recebe parte dos insumos e entrega 25% da produção de café e 50% de outras culturas (milho, arroz de sequeiro, mandioca para farinha).

Para o entrevistado, o parceiro somente aparece na estatística como produtor se ele for independente, ou seja, se tem o negócio, se vende, se recebe em vez de pagar. Provavelmente há um percentual elevado de pequenos proprietários com terra insuficiente para garantir a reprodução do grupo familiar. É importante, entretanto, assinalar a advertência de Manoel Antonio: o parceiro somente aparece nas estatísticas na condição de produtor se ele tiver o controle da comercialização do produto. Aliás, o interesse da Emater em dar visibilidade ao parceiro tem a ver com o objetivo dos técnicos de combater o atravessador nas relações de parceria, uma vez que, ao manipular preços e prazos, deprime a renda e a aumenta consideravelmente o endividamento dos parceiros. Uma questão a ser respondida é saber qual a forma predominante de contrato de parceria em Sumidouro. Há casos em que o proprietário fica com 60% e o parceiro 40%, num flagrante desrespeito ao Estatuto do Trabalhador Rural, que limita a cota do proprietário em até 50%.

Quanto ao controle da comercialização, refere-se à diferenciação social do campesinato, do camponês empobrecido e do camponês rico e, nesse processo à emergência da figura do patrão. O comerciante em Sumidouro tem suas próprias terras que explora em parceria, entregando os insumos e equipamentos. Por isso cabe-lhe o provérbio popular entre os sumidourenses: “patrão rico, meeiro burro”.

Para os técnicos da EMATER em Sumidouro, empregar este termo “reforma agrária natural” significa dizer que a fragmentação da terra no município aconteceu em um processo natural, entendido por eles, pelo desmembramento da propriedade,

principalmente, por herança. Entretanto nos cabe apreciar que esta análise não considera todo o processo de mudança nas condições de produção e na transformação sensível e estrutural por qual esta sociedade passou e está passando ainda. O desmembramento da propriedade por herança, embora comum nas áreas rurais, não significa um fim natural. Significa sim, a impossibilidade dos camponeses de se reproduzirem no campo no brasileiro enquanto tal - possuidores de terras e demais meios de produção - ficando encurralados por um mercado extremamente regulador que muito mais lhes oferece condições de reprodução individual mínima – como mão de obra – do que como forma social e coletiva, portanto, camponesa.

### **2.2.2 – A organização laboral e a problemática do acesso à terra.**

No contexto da modernização tecnológica da agricultura, o aumento da produtividade manifesta-se na intensificação da exploração do trabalho e dos trabalhadores em geral, o que aponta para mudanças nas relações produção. Acentuam-se, na maioria das vezes, a subordinação e a exploração do trabalho do pequeno agricultor. Ao mesmo tempo, a parceria e os diaristas representam a ruptura com o modo de produção tradicional e a continuidade de uma das relações de trabalho mais antigas da história da agricultura brasileira.

Observamos que as mudanças que ocorreram em Sumidouro a partir da década de 1980 colocam os produtores da região em uma outra lógica produtiva que não mais a da economia tradicional. A entrada de agentes externos fez a região mudar seu modo de produção e, portanto, a organização da produção e do trabalho. A parceria permanece, portanto, como a continuidade e ruptura de uma forma de produzir na região. Essa relação de trabalho sempre existiu em moldes familiares e geralmente entre graus de parentescos. O que começa a surgir agora é exatamente uma nova relação entre parceiro proprietário e parceiro produtor na região. Onde antes existiam acordos orais entre familiares, agora começa a existir um processo de contratos formalizados e que não se dão apenas na esfera das relações de parentescos. Por isso, não podemos concluir que se trata de uma estratégia de resistência, mas muito mais de uma alternativa para se manter, ainda que com outra lógica de produção, na condição de agricultor. Consideramos aqui que as continuidades e rupturas na agricultura vão existir principalmente na permanência dessa forma de relação com a terra.

É interessante observar o comentário de um parceiro sobre seu regime de trabalho: “eu aqui às vezes estou no trabalho desde as três da manhã. O companheiro meu até acha ruim comigo, porque eu pego cedo e não tenho hora para parar. Tem dia que às oito horas [20 horas] estou agarrado nisto aqui. Eu costumo dizer: eu vou morrer trabalhando”[*grifo nosso*] (Sumidouro, 2005). A respeito da parceria, usa-se sempre a expressão patrão para designar o dono das terras onde se trabalha. Já os “patrões” frequentemente chamam o parceiro de sócio, pretendendo mascarar o verdadeiro caráter exploratório dessas relações. Através do patrão, os parceiros e suas famílias constituem as formas de relação de trabalho que existem na área em estudo desde a forma mais tradicional – que se assemelha ao modelo do campesinato no Brasil – às formas mais modernas de trabalho – que ilustram o assalariamento no campo. O parceiro na verdade está entre essas duas formas.

E esses agricultores, sem alternativa, são compelidos a participar do processo de modernização. “Sócios do patrão”, quando do acerto de contas, pagam a metade do “empate”, do frete e da embalagem, para depois dividir o que restou da venda do produto. São também inteiramente responsáveis pela contratação eventual de diaristas – fato mais freqüente na época de colheita (ver cláusulas 5ª e 6ª do Contrato de Parceria. Anexo 1). Nestas condições, é comum o parceiro começar a safra seguinte na condição de devedor.

Na consideração de um parceiro: “os venenos estão muito caros. Então, eu volto naquela conversa. Se a lavoura não der dinheiro, como é que a gente vive? Só o empate dela arranca tudo quanto é lucro” (Leandro José, Sumidouro, 2009). Outro parceiro explica: “Existem outros padrões de outros meeiros que não aliviam. Tem que fazer outra lavoura e pagar ao dono; ele fica na propriedade até conseguir pagar as dívidas, e, caso não pague, fica até difícil conseguir trabalhar em outra propriedade” (José, Sumidouro, 2009).

Essa relação de parceria dificilmente caracteriza a meação. Com base na experiência de campo, parece-nos que essa parceria pode se situar entre a “terça” e a “quarta”. Fica ainda a dúvida, de difícil investigação, sobre qual a proporção de parceiros que conhece de fato o verdadeiro preço da venda dos seus produtos.

Sobre a meação diz um produtor:

Tem contrato. O pessoal começou a despertar sobre isso de pouco tempo para cá. Eu no momento agora não fiz. Vou fazer, quem entrar agora vai entrar com contrato, e os que estão trabalhando vão fazer o contrato ainda pelo principio do ano. Porque o negócio é complicado, porque tem cartório. Certo que algumas pessoas que eu tenho trabalhando comigo praticamente assim, é aquela gente que trabalha há 15 anos. O meu contrato que eu tenho com os meeiros aqui é assim: eu forneço a terra. Aqui praticamente todo mundo faz a mesma coisa: cobra do meeiro o empate. Por exemplo, a lavoura deu R\$ 1.000,00, o empate foi R\$ 500,00, os R\$ 500,00 que sobraram foi dividido pelos dois. (Marco Aurélio, Sumidouro, 2009)

Tal situação se liga às escassas perspectivas de mudança repetidamente mencionadas nas entrevistas e traduzidas com muita propriedade no discurso de uma produtora da localidade de Fazenda Botafogo em Soledade: “As pessoas são obrigadas a continuar plantando para sobreviver, senão vão morrer de fome. Elas não têm como fazer outra coisa; na cidade não tem emprego, o pessoal da roça não tem estudo” (Adelina, Sumidouro, 2009). Deve-se, no entanto, levar em conta que a educação formal é um caminho para novas perspectivas, que se traduzem na possibilidade de trabalho urbano, pois atualmente o acesso à escola é mais fácil. “Eu sou semianalfabeto e para ir na escola era difícil, tínhamos que ajudar o pai a fazer as coisas, chegávamos atrasados e a professora não deixava entrar” (Leandro José, Sumidouro, 2009). São palavras de um pequeno proprietário de 60 anos cujos filhos, na maior parte, concluíram o curso médio. Um deles abandonou o trabalho agrícola pelo emprego urbano.

Essa condição de fragilidade dos trabalhadores de Soledade estimulou a formação de uma instituição que se convencionou chamar de associação de produtores. Com uma baixa participação dos trabalhadores rurais, é organizada por poucas pessoas e tem apenas uma funcionária, que através da associação tenta conseguir a aposentadoria dos trabalhadores da região, quase sempre sem sucesso. Tanto o distrito como o município são desprovidos dos direitos trabalhistas, quase sempre atropelados pelos patrões, empresários rurais que possuem uma numerosa gama de famílias de trabalhadores e de funcionários totalmente expropriados de seus direitos.

É necessário ressaltar como se complexificaram e diversificaram as relações de produção na atividade do município por conta do processo de modernização e intensificação da exploração capitalista. Cabe resgatar que esse processo não leva à extinção das unidades de produção familiares nem à sua transformação em uma única forma de produção. Nesse sentido, a parceria em Sumidouro pode estar sendo utilizada pelo agricultor parceiro como uma forma de reprodução e uma estratégia de acesso à terra e ao trabalho.

Cabe, ainda, relacionar a conjuntura atual do município com o processo do avanço da modernização. Segundo Moreira (1999), a modernização é lenta em algumas partes; não abrange todo o ciclo da produção e nem a todos os produtos. O que ocorre é uma forte substituição de produtos alimentares importados. A produção doméstica de alimentos é viabilizada pelo uso de arranjos nas relações de produção favoráveis ao crescimento da agricultura organizada com base familiar.

Esse contexto de modernização dá sentido também a um aumento na produtividade do trabalho agrícola. Assim, o uso do sistema de parceria, a organização do trabalho com base familiar e a inserção de todos os membros da família na atividade agrícola aumentam a taxa de exploração pelo uso dessa força de trabalho adicional (esposas e filhos) e, conseqüentemente, elevam a produtividade do trabalho. Ao ter mais braços para o trabalho, existe em contraponto uma maior exploração do trabalho, já que o trabalho pago não é de cada pessoa, mais sim da unidade familiar (Neves, 1991).

A diminuição do emprego na mão de obra é frequentemente causada pelo aumento da tecnificação, e o mesmo processo é visto em Sumidouro. Entretanto, o trabalho na horticultura leva a crer o contrário. Isso torna essencial compreender como se dá na região o aumento da tecnificação por um lado e a intensificação do trabalho por outro.

Torna-se assim a produção familiar um ponto importante para a problemática deste trabalho. Para Wanderley (2004), a agricultura familiar se constitui na atualidade em um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. No entanto, existe consenso quanto ao fato de que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção. Assim, a agricultura familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média. É claro que nem sempre a agricultura familiar ocorre em propriedades da família, pois pode ser desenvolvida por famílias sem terra.

Na área em estudo, embora o trabalho seja feito com base na organização do trabalho familiar, não existe para os parceiros de Sumidouro a propriedade dos meios de produção. São agricultores que vivem nas propriedades dos seus patrões, os donos da terra, e que têm na relação de parceria a possibilidade de acessá-la. Portanto, são parceiros descapitalizados que acessam os meios de produção – como terra, sementes, adubos, fertilizantes, tratores e até mesmo moradia – através da relação de parceria.

Segundo Neves (1981), a característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada ou empresarial é o uso do trabalho familiar em vez do trabalho assalariado. Para a autora, “não importa o grau de mecanização, sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da unidade familiar provém dos membros da família”. Em contraste com o que a autora diz, a realidade de Sumidouro coloca que, embora a terra não seja da família, existe a constituição de uma unidade familiar, que trabalha com os membros de sua família, mas na

terra de outras pessoas. Esses membros da família organizam seu trabalho na propriedade que lhes é alheia em troca de dinheiro no final de cada lavoura. Os parceiros de Sumidouro são, portanto, agricultores familiares sem terra.

Em outro estudo mais recente de Neves (1997), ao relacionar a agricultura familiar com o mercado, demonstram-se formas familiares de produção em transição mediante a penetração capitalista. Nesse aspecto, as relações encontradas em Sumidouro fazem sentido. Com a expansão da modernização da agricultura, nota-se um possível processo de expropriação das terras dos agricultores e modificação das relações existentes, que passaram a ser basicamente a relação de parceria, ainda que organizada na base familiar.

Em uma definição geral para a agricultura familiar, irá ser adotada neste trabalho a definição de Neves (1991), segundo a qual “a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”. Entretanto, para uma definição do parceiro de sumidouro, utilizamos aqui a noção de que o parceiro é expropriado dos meios de produção, mas executor das atividades produtivas.

Segundo Loureiro (1977), a relação de parceria constitui uma das formas mais antigas de organização da produção agrícola. Hoje é ainda um sistema de grande importância para os agricultores, principalmente onde o capital não está diretamente disponível às famílias. A autora complementa ainda que “a parceria é uma denominação comumente atribuída à relação econômica que ocorre na agricultura, na qual o proprietário da terra e o agricultor dividem a produção na base em que contratarem, seja a meia, a terça, a quarta etc.”.

Destaca-se que muitos são os componentes que constituem a relação de parceria. Entretanto, os mais importantes são quatro: o produto a ser plantado, o tamanho da área plantada, os custos de investimento e comercialização e o trabalho.

Nessa pesquisa, o último componente, trabalho, é o mais importante para o estudo de como ocorre a relação de parceria em Sumidouro. Pois, na dimensão do trabalho, a relação de parceria pode ser tanto uma relação econômica – como um regime ou uma relação de trabalho – quanto um sistema de uso da terra – sem dúvida o aspecto mais importante para nossa teorização. Essas especificações são feitas mediante as definições de cada autor. O que importa aqui é reforçar a ideia da relação de parceria como uma forma de organizar a produção e o trabalho que garante ao agricultor acesso parcial aos meios de produção em troca do seu trabalho e de sua família em uma dada propriedade. Cabe

esclarecer que a parceria nem sempre ocorre com base no trabalho familiar, mas que nesse estudo de caso se apresenta dessa maneira.

A parceria caracteriza-se em Sumidouro através da relação de trabalho que o agricultor parceiro desenvolve com o patrão. O parceiro geralmente mora na propriedade em que trabalha, em uma casa do patrão, que delimita a área ser cultivada pelo agricultor. Os custos com a lavoura – em sementes, adubos, fertilizantes, tratores, caixotes, ripas, pregos, luz para a irrigação etc. – são todos pagos pelo patrão. Incluem tudo o que é necessário desde o primeiro dia de trabalho na lavoura até a comercialização da produção. No final da comercialização, o patrão retira tudo que investiu e divide o que sobra com o agricultor, que fica então com a quarta parte dos rendimentos da lavoura que cultivou com sua família.

Esse sistema é aqui definido como a quarta, mas o parceiro, sempre que indagado sobre o sistema em que trabalha, se intitula meeiro do patrão. Contudo, para o sistema ser de meia, o patrão deveria descontar apenas a metade dos custos investidos na lavoura e não o total. Cabe notar que não entra nesta contabilidade, por exemplo, o valor do trabalho do agricultor investido. O seu trabalho será a quarta parte do lucro líquido do patrão.

Um aspecto importante e específico de Sumidouro a ser observado na relação da parceria é que a responsabilidade da lavoura é toda do parceiro. Quando ocorre a perda da produção, a responsabilidade com os custos fica quase sempre na mão do parceiro. Por essa razão, muitas vezes os parceiros contraem dívidas com os proprietários da terra. E, nessa condição, dificilmente as famílias terão possibilidades de prosperar e adquirir uma terra própria, ficando cada vez mais subordinados ao proprietário. Não obstante, em algumas relações de parceria, é o proprietário que arca com os custos e prejuízos da lavoura – o que funciona em alguns lugares como atrativo para esse tipo de relação na agricultura.

## CONCLUSÕES

É necessário ressaltar a complexificação e a diversificação das relações de produção na agricultura promovidas pelo processo de modernização e intensificação da exploração capitalista. Cabe apontar, contudo, que esse processo não leva à extinção das unidades de produção familiares nem à sua transformação em uma única forma de produção. Ele pode levar a novas formas de organização do trabalho familiar e, assim, à formulação de alternativas que garantam a sua reprodução e sua prática laboral. Nessa perspectiva, a parceria em Sumidouro pode estar sendo utilizada como uma forma de acesso à terra e de reprodução do agricultor parceiro.

Faz sentido, portanto, relacionar a conjuntura atual do município com o processo do avanço da modernização. Segundo Moreira (1999), a modernização é lenta em algumas partes, não abrangendo todo o ciclo da produção e nem todos os produtos, mas favorecendo uma forte substituição de produtos alimentares importados. A produção doméstica de alimentos é viabilizada pelo uso de arranjos nas relações de produção favoráveis ao crescimento da agricultura organizada com base familiar.

Esse contexto de modernização dá sentido também a um aumento na produtividade do trabalho agrícola. Assim, o uso do sistema de parceria, com a organização do trabalho na base familiar e, portanto, a inserção de todos os membros da família na atividade agrícola, aumenta a taxa de exploração pelo uso dessa força de trabalho adicional (esposas e filhos) e consequentemente eleva também a exploração do trabalho. A elevação tanto da produtividade quanto da taxa de exploração da força de trabalho se dá por conta da inserção dos membros da família no processo produtivo, uma vez que, mesmo com a inclusão de mais braços no trabalho, o pagamento não é feito por pessoa, mas por unidade familiar (Neves, 1991).

O processo de tecnificação ocorrido em Sumidouro, está associado ao aumento da produtividade. Entretanto, o trabalho na horticultura nos leva a crer também no aumento da exploração do trabalho. Isso torna necessário compreender como se dá na região o aumento da tecnificação por um lado e, por outro, o aumento da intensificação do trabalho. Para Wanderley (2004), a agricultura familiar se constitui na atualidade em um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e, ainda que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção. Assim, a agricultura familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios



de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média. É claro que há exceções a essa regra, pois esse tipo de agricultura pode ser praticado por famílias sem terra.

Na área em estudo, embora o trabalho seja feito com base na organização familiar, não existe para os parceiros de Sumidouro a propriedade dos meios de produção. São agricultores que vivem nas propriedades dos seus patrões, os donos da terra, e que têm na relação de parceria a possibilidade de acessá-la. Portanto, são parceiros descapitalizados, que acessam os meios de produção – terra, sementes, adubos, fertilizantes, tratores e até mesmo moradia – através da relação de parceria.

Segundo Neves (1981), a característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada ou empresarial é o uso do trabalho familiar em vez do trabalho assalariado. Para a autora, “não importa o grau de mecanização, sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da unidade familiar provém dos membros da família”. Em Sumidouro, no entanto, é frequente que, embora a terra não pertença à família, exista a constituição de uma unidade familiar que trabalha com os membros de sua família, mas na terra de outras pessoas com as quais não têm relação de parentesco. Esses membros da família organizam seu trabalho na propriedade que lhes é alheia em troca de dinheiro ao final de cada lavoura. Os parceiros de Sumidouro, nessa perspectiva, não deixam de ser agricultores familiares.

Em outro estudo mais recente, ao relacionar agricultura familiar com o mercado, Neves (1997) demonstra formas familiares de produção em transição mediante a penetração capitalista. Nesse aspecto, as relações encontradas em Sumidouro fazem sentido, já que, com a expansão da modernização da agricultura, ocorre um possível processo de expropriação das terras dos agricultores. Esse processo modifica as relações lá existentes, que se tornam basicamente relações de parceria, ainda que organizadas na base familiar.

Por isso, em uma definição geral para a agricultura familiar, tendemos a concordar com Neves quando diz que “a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas” (Neves, 1991). Entretanto, para uma definição do parceiro de sumidouro, parece-nos mais apropriada a noção de que o parceiro é expropriado dos meios de produção, ainda que executor das atividades produtivas.

Segundo Loureiro (1977), a relação de parceria constitui uma das formas mais antigas de organização da produção agrícola. Hoje, é ainda um sistema de grande

importância para os agricultores, principalmente onde o capital não está diretamente disponível às famílias. Destaca-se que muitos são os componentes que constituem a relação de parceria. Entretanto, os mais importantes são quatro: o produto a ser plantado, o tamanho da área plantada, os custos de investimento e comercialização e o trabalho.

Aqui, o ultimo componente – o trabalho – se mostrou o mais importante para compreendermos como ocorre a relação de parceria em Sumidouro. É na dimensão do trabalho que vemos como a relação de parceria pode ser tanto uma relação econômica – como regime ou relação de trabalho – quanto um sistema de uso da terra, esse sem dúvida o mais importante. O que importa aqui é reafirmar a relação de parceria como um sistema de acesso à terra, que garante ao agricultor acesso parcial aos meios de produção em troca de seu trabalho e de sua família em uma dada propriedade. Cabe esclarecer, porém, que a parceria nem sempre ocorre com base no trabalho familiar. Isto ocorre, na área em estudo, com os proprietários que desenvolvem com alguns agricultores um contrato de trabalho específico e sem envolver a família, sem a relação de moradia que é muito comum.

A parceria se caracteriza em Sumidouro através da relação – nesse caso, de trabalho – que o agricultor parceiro desenvolve com o patrão. O parceiro geralmente mora e planta na propriedade em que trabalha. Os custos com a lavoura desde o primeiro dia de trabalho até a comercialização da produção são pagos pelo dono da terra. No final da comercialização, o dono retira dos ganhos tudo que investiu e divide o que sobra com o agricultor. O agricultor fica então com a quarta parte dos rendimentos da lavoura. Notamos que nessa contabilidade não entra, por exemplo, o valor do trabalho do agricultor investido. O seu trabalho será a quarta parte do lucro líquido do proprietário.

Um aspecto importante e específico de Sumidouro a ser observado na relação da parceria é que a responsabilidade da lavoura é toda do parceiro. Quando ocorre a perda da produção, a responsabilidade com os custos ficam quase sempre a cargo do parceiro. Por essa razão, muitas vezes os parceiros contraem dívidas com os proprietários da terra. Nessa condição, dificilmente as famílias constroem possibilidades de prosperar e adquirir uma terra própria, ficando cada vez mais subordinadas ao proprietário. Não obstante, algumas vezes é o proprietário quem arca com os custos e prejuízos da lavoura, o que funciona, em alguns lugares, como atrativo para esse tipo de relação.

Outro processo observado foi aquele pelo qual o trabalho dessas famílias foi sendo subordinado ao proprietário das terras, ao mercado, às condições de acesso a terra, ao capital comercial e às técnicas agrícolas. Isso tornou o agricultor de Sumidouro cada vez mais expropriado e subordinado, quase sem alternativa de se tornar novamente um

agricultor proprietário de terra. O processo de expropriação se torna cada vez mais intenso, transformando a relação entre agricultor e terra cultivada em mera alternativa de reprodução. Atentemos, contudo, que o que rege essa relação é a propriedade da terra. A subordinação direta do trabalho à propriedade da terra é de certa forma a subordinação indireta do agricultor ao capital, para a qual está implícito o uso do trabalho familiar.

Compreendemos que os impactos do projeto de modernização da agricultura no Brasil acontecem em tempos, espaços e intensidades diversos, como já falado anteriormente. Espaços onde existiam, há quarenta anos, apenas atividades agrícolas consideradas tradicionais – como é o caso da Região Serrana do Rio de Janeiro – começam a passar por mudanças estruturais nas relações de produção e, por sua vez, nas relações sociais que as engendram. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo serviços pessoais e produtivos relativamente sofisticados e complexos, tornando-se, ainda, importantes alternativas de emprego e renda no meio rural em anos mais recentes.

Mais do que criar e determinar diferentes cadeias e relações comerciais no mercado interno do Rio de Janeiro, a modernização modifica a economia rural, aumentando a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. Essas modificações vão, portanto, configurar as atuais relações e interações socioespaciais existentes na área apresentada, traduzidas no mercado de hortifrutigranjeiros, organizado exclusivamente para o que se estabeleceu como a principal atividade produtiva da região em foco ao longo de sua história: a horticultura.

Entrevistas feitas com agricultores e moradores do município de Sumidouro mostram que há quinze anos o aumento do cultivo de folhas vem atingindo tal proporção que ocorre, ao longo do tempo, o deslocamento espacial das culturas. É especialmente surpreendente a forte expansão da horticultura em áreas de topografia colinosa, cujas restrições naturais são contornadas através do uso de motobombas elétricas para irrigação. Esse resultado só foi possível a partir da eletrificação da zona rural da região.

Em Sumidouro, a perda das terras e a subordinação de parte dos agricultores à condição de parceiros podem ser vistas a partir da ampliação e valorização do mercado. Percebemos que, nos últimos anos, o custo da produção vem aumentando enquanto se assiste, na esfera da comercialização, a uma progressiva desvalorização dos produtos. Resulta que o agricultor tem que produzir muito mais para conseguir um lucro razoável.

É dentro desse contexto que as relações sociais de produção demonstram atualmente um cenário marcado por características ainda típicas de um modo de vida rural

tradicional que não se dissolveu totalmente, mas que incorporou, ou, melhor dizendo, foi incorporado aos poucos ao modelo moderno de agricultura comercial voltada para o mercado. Isso nos leva a compreender que, conforme se expandiram a modernização e a incorporação das práticas modernas no cotidiano – seja nas práticas agrícolas ou na racionalidade camponesa –, transformou-se o modo de vida, a economia local e as relações sociais de produção – o que inclui a organização produtiva e a organização laboral. Tratamos, portanto, de uma análise dos processos de ruptura no modo de vida tradicional, mas também de uma análise do processo de continuidade de elementos que contrapõem simultaneamente o tradicional e o moderno.

Nesse sentido, podemos ponderar que as atividades agrícolas em Sumidouro fazem parte de uma cadeia produtiva integrada ao mercado de hortifrutigranjeiros do Rio de Janeiro. Porém, organiza-se ainda com base nos modelos mais tradicionais, que se traduzem na organização do trabalho feita em grande parte através da relação de parceria e com base no trabalho familiar. Entretanto, ao utilizarmos a expressão “modelos mais tradicionais”, não podemos deixar de levar em consideração a formação de um mercado de trabalho específico que insere o agricultor descapitalizado e sem terra da região em um mercado de bens e serviços e, dessa maneira, o integra ao mercado de hortifrutigranjeiros.

Enfim, a atividade agrícola, que possui similitudes com um modelo tradicional no campo, passa não mais a ser orientada apenas por um modo de vida que não se dissolveu completamente, mas é colocada em prática por relações contratuais constituídas em torno da concorrência no mercado, que no município podem ser vistas na forma dos contratos de parceria, comumente chamado na área em estudo de meação.

Essa atividade produtiva consiste em uma horticultura que evoluiu com a expansão do mercado, ficando evidente a importância do fator posição geográfica. A forte influência exercida pela metrópole do Rio de Janeiro significa que a horticultura, em grande medida, representa também uma resposta modernizante que atende às exigências, em quantidade e variedade, de um mercado consumidor cada vez maior e mais sofisticado.

Consideramos aqui o binômio “continuidades e rupturas” na tentativa de compreender como aconteceu o processo de incorporação dos elementos modernos tanto da Revolução Verde – relacionada à inclusão de novas técnicas no processo produtivo – quanto da incorporação pelo mercado dessa forma social que até recentemente tinha nas suas atividades produtivas agrícolas as culturas tradicionais que não se voltavam exclusivamente para o mercado.

Essa forma social, segundo Wanderley (2009) dá ênfase aos processos de ruptura e contrapõe as categorias de (camponês) tradicional e de agricultor moderno. Ela inclui:

um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. [...] Mesmo integrada ao mercado e correspondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido” (Wanderley, 2009).

No entanto, também compreendemos ser importante destacar que a história da área em estudo, há muito tempo existe uma relação dos agricultores com o mercado. No entanto, o que mudou é essa relação não era norteadora para suas atividades. Possuíam, portanto, uma outra mentalidade, um outro significado para a agricultura tinha e outras relações com a terra e com a natureza de sua renda.

Assistimos, contudo, à reprodução dessas famílias de agricultores de acordo com as necessidades de cada época. O parceiro atualmente constitui, de forma significativa, uma das esferas da cadeia produtiva do município, que o subordina ao proprietário das terras. Podemos perceber que, apesar de não possuir os meios de produção, ele se moderniza na condição de parceiro, inserindo-se na economia de mercado através de sua relação com o proprietário.

Todavia, abranger a totalidade da atual configuração das atividades agrícolas em Sumidouro implica a compreensão de como ocorreu o processo do que chamamos de modernização agrícola. Assim, podemos encontrar os marcos da ruptura do modelo tradicional de produção e os elementos de continuidade presentes hoje.

A expansão das culturas, as folhas modernizadas, a padronização e a especialização da produção, a utilização indiscriminada de agrotóxicos e a alta produtividade são instâncias de ruptura com as formas mais antigas de organização produtiva e, ao mesmo tempo, do esforço dos agricultores por se incorporarem ao mercado.

Entretanto, a organização laboral, mesmo com a presença de novos elementos técnicos, representa as continuidades de um modelo de organização e de relação de trabalho que, em certa medida, ainda se mostra como o mais lucrativo para o mercado. Ao mesmo tempo, devemos considerar que, para o agricultor, a parceria significa, para além

de uma inserção no mercado, uma alternativa de acesso à terra e de sua reprodução enquanto agricultor baseado no trabalho familiar.

Nesse sentido, podemos dizer que a relação de parceria constitui uma das formas mais antigas de organização da produção agrícola. Segundo Loureiro (1997), ela permanece hoje um sistema de grande importância para os agricultores, principalmente onde o capital não está diretamente disponível às famílias.

O espaço agrícola de Sumidouro, diante de um processo que pode ser considerado mais recente em relação ao seu contexto regional, demonstra um caráter múltiplo que aparece nas condições de trabalho na agricultura, nas condições de mercado e comercialização, assim como na apropriação do trabalho pelas empresas envolvidas com a agricultura local, que incluem desde empresários do próprio município até as redes de supermercados da região metropolitana do Rio.

O trabalho familiar aparece quase sempre nas propriedades visitadas. Contudo, há também funcionários temporários ou efetivos que colaboram nas atividades agropecuárias. O assalariamento se dá sobretudo em propriedades integradas às redes de supermercados – como é o caso das redes Zona Sul e Hortifruti – e ligadas à produção específica de folhas.

Podemos observar na área em estudo que, quanto mais sofisticada e tecnificada, mais inserida e integrada ao mercado a produção. Um caso ilustrativo é o do proprietário da empresa Delícias do Campo. Nascido na região, passou a comprar terras no município de Sumidouro ainda no período de decadência da pecuária leiteira. Desde então, em contato com outros agricultores de Teresópolis e Friburgo, começou a produzir folhas para vender na Ceasa do Rio de Janeiro. Segundo seus relatos, com a expansão da atividade, em aproximadamente cinco anos “o mercado” começou a exigir a regularização e a adequação de sua produção em termos de padrão de qualidade e regularização jurídica. Isso o levou a abrir uma empresa para emitir notas fiscais – itens obrigatórios na comercialização com os supermercados. Ele continua explicando que foi então que passou a produzir de forma especializada para clientes diversos. Segundo ele, há aproximadamente três anos produz exclusivamente para os supermercados da rede Zona Sul, localizados na Zona Sul do Rio de Janeiro. Hoje, sua empresa não vende mais seus produtos na Ceasa de Irajá e já começou a produzir também para a rede Hortifruti, reconhecida pelo alto nível de qualidade e especialização em gêneros hortícolas.

Na área em estudo, a cadeia produtiva da horticultura é constituída pelas etapas de produção agropecuária e processamento. Os agricultores em sua maioria se dedicam à produção de hortifrutigranjeiros e sua comercialização. Eventualmente, fazem

comercialização direta em feiras –empresas que atuam na coleta da produção e fazem seleção, higienização, padronização e embalagem de produtos, além de realizarem o transporte, a comercialização, a distribuição e a certificação da produção.

Recentemente, as grandes redes de supermercados vêm se destacando como os principais canais de comercialização na região. Os produtos são apresentados como de alta qualidade, selecionados, classificados, rotulados e embalados. A rede de mercados Hortifruti, por exemplo, está instalada desde 2003 na RJ-130, estrada que liga Friburgo a Teresópolis e possui grande influência na centralização da produção da Região Serrana – inclusive Sumidouro.

Podemos, nesse dissertação, concluir que toda essa elaboração nos leva a tomar uma postura dupla neste trabalho. Por um lado, mesmo conscientes de uma transformação no campo, não podemos negligenciar que essa se faz de formas distintas no tempo e no espaço. Por outro lado, há que se reconhecer a grande diversidade de situações concretas das formas sociais apresentadas pelo agricultor no meio rural. Serão necessárias formulações e análises mais atentas às categorias sociais ditas tradicionais ou modernas, tendo como fio condutor a observação da capacidade de resistência e de adaptação dessas formas às transformações mais gerais da sociedade.

## ANEXO I

### CONTRATO DE PARCERIA

\_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, \_\_\_\_\_, agricultor, residente em \_\_\_\_\_, Zona Rural de \_\_\_\_\_ - RJ, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, firma com o Senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, \_\_\_\_\_, lavrador, residente em \_\_\_\_\_, Zona Rural de \_\_\_\_\_ - RJ, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, o presente CONTRATO DE PARCERIA, ficando o primeiro reconhecido neste documento como PARCEIRO OUTORGANTE e o segundo PARCEIRO OUTORGADO e que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**1ª** O PARCEIRO OUTORGANTE é proprietário do imóvel rural denominado \_\_\_\_\_, registrado no Cartório do \_\_\_\_\_º ofício de \_\_\_\_\_, sob nº \_\_\_\_\_, fls. \_\_\_\_\_, Livro, \_\_\_\_\_;

**2ª** O PARCEIRO OUTORGANTE cede ao PARCEIRO OUTORGADO, uma área de \_\_\_\_\_, que será explorada no cultivo de \_\_\_\_\_;

**3ª** O prazo do presente Contrato será indeterminado, sendo que, quando houver desejo de rescisão, por ambas as partes, o fato deverá ser comunicado por escrito, com antecedência de 60 (sessenta dias);

**4ª** Em caso do não cumprimento das cláusulas contratuais, o PARCEIRO OUTORGADO perderá os direitos do presente Contrato;

**5ª** O PARCEIRO OUTORGADO poderá contratar pessoas que necessitar para a execução do seu cultivo, pessoas essas que não terão qualquer vínculo empregatício com o PARCEIRO OUTORGANTE;

**6ª Do lucro líquido, apurado através da receita com a venda dos produtos e deduzidas as despesas efetuadas com o plantio, caberá \_\_\_\_\_% para o outorgante e \_\_\_\_\_% para o outorgado;**

**7ª São de responsabilidade do PARCEIRO OUTORGADO, as normas de proteção ao solo e dos recursos naturais, em orientação recebida dos órgãos técnicos;**

**8ª** O PARCEIRO OUTORGANTE se compromete a respeitar o presente Contrato, por si, seus herdeiros e sucessores;

**9ª** Os contratantes elegem o foro desta Comarca de \_\_\_\_\_ para dirimirem dúvidas ou litígios que possam dar causa a rescisão deste Contrato;

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, em duas vias, de igual teor, para um só efeito.

Nova Friburgo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2004

\_\_\_\_\_  
Outorgante

\_\_\_\_\_  
Outorgado

Testemunhas:



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas, SP. Editora da Unicamp. 1992.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e o capitalismo no campo. In STÉDILE, J.P. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 3ª ed.
- ARRUZZO, Roberta Carvalho. Relações entre técnica, trabalho e espaço na agricultura moderna em Mato Grosso. Rio de Janeiro: UFRJ / PPGG, 2004, xxii, 126p (dissertação).
- BARTRA, A. El capital e su laberinto, de la renta de la tierra a la renta de la vida. Universidad Autónoma de La Ciudad de México. Editora Itaca. Primeira edição, 2006.
- BECKER, B. & MIRANDA, M (Orgs). A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.
- CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades, 2ª edição, 1971.
- CARNEIRO, M.. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In COSTA, L. F. C., BRUNO, R. , MOREIRA, R. J. (orgs) Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro. Mauad. 1999.
- CARNEIRO, M.J., GIULIANI, G.M., MEDEIROS, L.S. & RIBEIRO, A.M.M. (Orgs.) Campo Aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- CASTRO, A. B. de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1971, 2 vol.
- CEAS, Cadernos do. Ceas (Centro de Estudos e Ação Social). Salvador, janeiro / fevereiro. 1997. nº 167.
- . Paulo Roberto Raposo Alentejano: O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90.
- CIDE. Anuários Estatísticos do Estado do Rio de Janeiro, 1998, 2001, 2002 e 2008.
- CIDE. Estudo sócio-econômico 1997-2000. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
- CÔRTEZ, C. P. “Interações Espaciais no Município de Sumidouro/RJ”. -. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, 2005.102f. II.
- COUTO, E. “As normas e o mercado da horticultura: inserção dos agricultores de Ibiúna (SP) nos circuitos socioespaciais”. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 138-161, fev. 2008.

- DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural: uma abordagem ilustrada / Mauro Eduardo Del Grossi, José Graziano da Silva – Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.
- DELFIM NETO, A. O problema do café no Brasil. São Paulo: USP, 1959.
- DENIS, P. O Brasil no século XX. Lisboa: José Bastos, s/d. FAUSTO, B. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, B (org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1975, tomo 3, vol. 1.
- EGGER, D. da S. Desenvolvimento do capitalismo, relações de trabalho e as contradições no campo brasileiro: o exemplo de Soledade, Sumidouro, Região Serrana do Rio de Janeiro. UERJ – FFP / Departamento de Geografia, 2006. 46p.
- ETGES, V. E. et al. Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar na região do Vale do Rio Pardo/RS/Brasil destinado à apresentação no Deutcher Tropentag, Alemanha. 2002
- . O Espaço Geográfico. São Paulo: DIFEL. 1972 (Coleção Saber Atual).
- FERREIRA, L. R. Parceria e risco na agricultura do nordeste. Rio de Janeiro. IPEA/INPES, 1979.
- FAPERJ – Atlas do Estado do Rio de Janeiro, 1982.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. Brasília: UnB, 1963
- GARCIA, E.H. Algumas Considerações sobre a Evolução Recente do Setor Agroalimentar Fluminense. In Campo Aberto, o Rural no Estado do Rio de Janeiro. In CARNEIRO, M.J., GIULIANI, G.M., MEDEIROS, L.S. & RIBEIRO, A.M.M. (Orgs.) Campo Aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- GUIMARÃES, R.P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. & MIRANDA, M. A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José et al. “O que há de realmente novo no rural brasileiro”. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: v. 19, n.1, 2002. Disponível em: <<http://www.atlas.sct.embrapa.br.pdf>>
- HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (Orgs.). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. São Paulo: UNICAMP. 1992.
- IBGE. Carta Duas Barras/1:50.000. Rio de Janeiro, 1981.
- . \_\_\_\_ Censos Demográficos – 1995 a 2008.
  - . \_\_\_\_ Censos Agropecuários – 1996 e 2006.
  - . \_\_\_\_ Sidra – PIB 2008.
  - . \_\_\_\_ <http://www.ibge.gov.br>

- KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LAMEGO, A. R. O Homem e a Serra. Estado da Guanabara. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Conselho Nacional de Geografia IBGE/Divisão Cultural, 1963. 454 p.
- MARAFON, Gláucio José. “Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense”. In: Campo-território. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006. Disponível em: <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/>
- MARTINS, J.S. O cativo da terra. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARQUES, M.I.M. A atualidade do uso do conceito de Camponês. In Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa. AGB. CD – ROM, 2002.
- MENDONÇA, S. R.de. A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro. 1977. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1977.
- \_\_\_\_\_. O Ruralismo Brasileiro. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- \_\_\_\_\_. SANTOS, A.M. A economia Agrícola Fluminense (1910-20). Cadernos do ICHF. Niterói, n. 47, 40 p, nov., 1992.
- MOTA, M.; ZARTH, P. (Orgs). Formas de resistência camponesa: visibilidade de conflitos ao longo da história, vol.1: concepções de justiça e resistência nos Brasis. Vol.1. São Paulo. Editora Unesp. Brasília, DF. Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.
- NEVES, D. P. Agricultura e mercado de trabalho. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 7-24.
- \_\_\_\_\_. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! 1991. Disponível em: [http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/bernardo2006\\_bibliografia/agricultura\\_familiar.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/bernardo2006_bibliografia/agricultura_familiar.pdf)
- \_\_\_\_\_. Agricultura familiar: questões metodológicas. Revista ABRA. V.25, dezembro, 1995.
- NEVES, D. P.; SILVA, M. A. (Orgs). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 1; formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo. Editora UNESP. Brasília, DF. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2008 – (História Social do Campesinato Brasileiro).
- \_\_\_\_\_. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 2; formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo. Editora UNESP. Brasília, DF. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2008 – (História Social do

Campesinato Brasileiro).

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In Revista Estudos Avançados, Vol 15 n° 43. São Paulo: IEA/USP. 2001.

———. O campo brasileiro no final dos anos 80. In STÉDILE, J.P. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 3ª ed. p. 45.

———. As transformações territoriais recentes no campo brasileiro. Texto apresentado para a prova de erudição para o concurso de provimento de cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1998.

———. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. 3ª ed.

PESSOA, M. J., A conquista da terra como reconstituição do simbólico. Anais da 21ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia – p. 2, 2002.

PRADO JR., C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1970.

———. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEDA, O. (org.). Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Ed. Nacional, 3 ed. 1979.

———. et al. A Geografia Ativa. São Paulo: DIFEL. 3 ed. 1973.

ROMEIRO, Ademar. Estrutura e desempenho da agricultura fluminense. Revista Economia Fluminense, Niterói: UFF, v.2, n.5, p.2-8, jul. 1989.

———. O Agricultor Fluminense em Face da Modernização da Agricultura. In; Economia Fluminense - Conjuntura e Análise, v. 6 Niterói, UFF/ Departamento de Economia, 1990.

SABOURIN, E., OLIVEIRA, M., VALADARES, H. Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unai, MG. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, vol.15, n.1. 2009 – cpda-UFRRJ.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, J. Graziano da. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

———. A modernização conservadora dos anos 70.

———. Tecnologia e campesinato.

———. Diferenciação camponesa e mudança tecnológica: Um estudo de caso.

SILVA, J. Graziano da (coord.). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1980.

- . Por um novo programa agrário, Deseq/PUC, 1993, (mimeo).
- STÉDILE, J.P. (coord) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2002. 3ª ed.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996, 2002.
- . Economia espacial. São Paulo: Edusp, 2003.
- TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA. Rio de Janeiro. 1998.
- VIOLA, E. J. e LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o mutissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. Dilemas Sócioambientais e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: UNICAMP. 1992
- VIOLA, E.J.; LEIS, H.R.; VIEIRA, P. F. et alii. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- WANDERLEY, M. N.B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, a agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- . Agricultura familiar e capesinato: continuidades e rupturas. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, vol.15, n.21. 2003 – cpda-UFRRJ.
- WILKINSON, Jonh & MALUF, Renato S. (coord.). A Secretaria de Estado da Agricultura e a produção agroalimentar no Estado do Rio de Janeiro – desempenho recente e perspectivas. Convênio SEAAP/UFRRJ-CPDA, Rio de Janeiro, fev. 1997. 132p.